

10/12/2019

Grande Imprensa

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Doutorado por Capes e CNPq tem bolsa de R\\$ 2,2 mil](#)

[Um futuro para se viver da ciência](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Barreiras de entrada](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[De como o óbvio é revolucionário](#)

[O Brasil perde posição no IDH](#)

[TV Escola passa série que propõe revisão histórica](#)

[Governo quer vale-creche no Bolsa Família](#)

[A formação do profissional não pode terminar nunca](#)

HORA DE FORMAR OS PROFESSORES

[O que são competências-socioemocionais?](#)

[Programa dá acesso a faculdade nos EUA](#)

[EAD torna o nível superior acessível](#)

[Mais feminina, pós cresce 74% no País](#)

[‘Temos trabalhos de impacto’](#)

O GLOBO - RJ

[IDH força Bolsonaro a rever posturas](#)

[Olavismo para crianças](#)

[Moro é o ministro mais bem avaliado, seguido por Damares](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Educação completa dez anos de estagnação no Brasil](#)

Imprensa Estadual

CORREIO POPULAR – SP

[Ensino Médio integral tem diretrizes de Ministério](#)

JORNAL DE BRASÍLIA - DF

[MEC fora do ar](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA BRASIL

[Adesão a programa de ensino médio integral fica mais flexível](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Governo quer vale-creche no Bolsa Família](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Reitora de instituto federal completa um ano sem nomeação do MEC](#)

G1

[Enem 2019 para pessoas privadas de liberdade será aplicado nesta terça e quarta](#)

PORTAL ISTOÉ

[Detentos fazem provas do Enem hoje e amanhã](#)

[Governo quer vale-creche no Bolsa Família](#)

TERRA

[MEC entrevista Olavo de Carvalho por "resgate histórico"](#)

[Governo quer vale-creche no Bolsa Família](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Adesão a programa de ensino médio integral ficam mais flexível](#)

[Detentos fazem provas do Enem hoje e amanhã](#)

Agências de notícias e sites

JORNAL DA CIÊNCIA

[Núcleo de Estudos Avançados do IOC discute projeto para a ciência e o País](#)

PORTAL VEJA

[Ministro-astronauta dispara mensagens em busca de dinheiro para sua área](#)

SEGS - PORTAL NACIONAL

[Últimos dias de inscrição no PMPGIL e no Mestrado em Direito das Migrações](#)

UFPEL

[Capes visita UFPEl para pensar a nova Plataforma Sucupira](#)

PORTAL ISTOÉ

[Ministério da Educação estabelece diretrizes para Ensino Médio em tempo integral](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Ministério da Educação estabelece diretrizes para Ensino Médio em tempo integral](#)

Imprensa Estadual

FOLHA DE BOA VISTA - RR

[Resultado do Enceja já pode ser consultado no site do Inep](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA BRASIL

[Jovens que cumprem medida socioeducativa veem no Enem chance de mudar](#)

G1

[Cursos de especialização no Brasil já têm o triplo de estudantes que o mestrado e o doutorado](#)

PORTAL ISTOÉ

[Jovens que cumprem medida socioeducativa veem no Enem chance de mudar](#)

[Desigualdade faz país ficar para trás quando se trata de qualidade de vida](#)

R7

[Pesquisa revela crescimento de 74% dos alunos de pós-graduação no país](#)

[Resultado do Enceja já pode ser consultado no site do Inep](#)

[Para jovens da Fundação Casa, o Enem é a chance de mudar](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Doutorado por Capes e CNPq tem bolsa de R\$ 2,2 mil

No mestrado, valor do benefício nos dois órgãos é de R\$ 1,5 mil

Quem precisa de auxílio financeiro para se manter na vida acadêmica durante a pós-graduação provavelmente ouviu falar com frequência de dois nomes: **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** e **CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico)**. Principais órgãos de financiamento à pesquisa e à ciência no País, as entidades têm atuações distintas: enquanto a **Capes** direciona seu foco apenas às pós-graduações, o rol de apoio do **CNPq** engloba desde pesquisadores do ensino médio até pesquisadores visitantes, compreendendo também a pós.

Os valores das bolsas para mestrado e doutorado são os mesmos nas duas instituições: respectivamente R\$ 1,5 mil e R\$ 2,2 mil. Na maioria das vezes, as bolsas de mestrado têm duração de 24 meses e as de doutorado, 48 meses.

Os processos seletivos têm como cerne a apresentação de um projeto de pesquisa detalhado, que deve incluir a discriminação do destino dos recursos solicitados e informações sobre outras fontes de financiamento, quando for o caso. Quanto a isso, vale um ponto extra de atenção: com contingenciamentos significativos de recursos em 2019 e um ano de 2020 ainda incerto, é provável que as análises dos projetos se tornem

ainda mais rigorosas. Para submeter um projeto e participar do processo seletivo, o pesquisador deve contatar a coordenação da instituição de ensino.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Um futuro para se viver da ciência

Levantamento da USP indica áreas promissoras; entre as pesquisas em andamento estão experimentos para deter derramamento de óleo em praias

Cortes de investimento, estrutura obsoleta e fuga de cérebros para outros países. Problemas como esses compõem a lista de desafios imposta a diversos segmentos da comunidade científica. No entanto, mesmo em meio à tormenta, alguns campos de produção de conhecimento navegam com uma certa estabilidade.

Um levantamento feito pelo Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo (USP) indica as áreas que tiveram o maior número de pesquisas acadêmicas com financiamentos entre 2011 e 2018. Na relação, segmentos como Genética, Farmacologia, Biologia Vegetal, Ciência dos Materiais e Astronomia concentram a maior parte dos projetos com recursos advindos das 20 principais entidades que atuam no fomento a pesquisas no País, incluindo instituições ligadas ao poder público federal – como CNPq, **Capes** e o BNDES –, as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (como a paulista Fapesp) e os entes privados nacionais e internacionais que administram recursos empresariais e institucionais.

Para a professora Márcia Barbosa, diretora da Academia Brasileira de Ciências (ABC), a atratividade a financiamentos e a alta produtividade têm relação direta com a natureza das atividades. “São áreas que envolvem grandes grupos, ou seja, grande quantidade de recursos humanos em grandes laboratórios. Isso auxilia na captação de recursos nacionais e internacionais”, afirma.

Outro ponto em comum entre os segmentos listados é o fato de representarem atividades consolidadas, o que justifica a resiliência em momentos como os atuais, nos quais as verbas para os financiamentos despencam. “Anos de investimentos contínuos e dedicação profissional que lhes deram musculatura para sobreviver às tormentas. São como plantas que, regadas continuamente, florescem e sobrevivem”, compara ela.

Futuro. Estar estabelecido não significa situação confortável. “É obvio que a tendência de redução de financiamentos pode apontar para a perda de nossas qualidades. Alunos irão embora do País, almejados justamente por causa da qualidade de nossas produções”, diz Márcia.

O futuro seguro para as ciências no Brasil requer, definitivamente, o incentivo estrutural do poder público. É o que afirma Helena Nader, presidente de honra da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). “Nos Estados Unidos, por exemplo, as instituições governamentais são as grandes financiadoras. Muitas vezes as pessoas têm uma ideia errônea por verem entidades que cobram taxas e mensalidades e acharem que assim as pesquisas são financiadas. É preciso se informar.”

No caso do Brasil, afirma, o caminho a ser trilhado é justamente o de volta ao passado. “Tivemos projetos -chave para o desenvolvimento da ciência brasileira que a tornaram hoje uma referência no exterior, como o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, a Embrapa e outros que colaboraram muito para o desenvolvimento de áreas como as Ciências Agrárias, que hoje são fundamentais para a

economia. Não posso me esquecer do CT-Infra, que equipou os institutos do Brasil ao longo de anos, ajudou a diminuir as diferenças entre as Regiões e hoje está praticamente extinto." O Estado listou áreas que estão entre as mais promissoras para a pesquisa no Brasil.

Sucesso verde. Com as questões ambientais na ordem do dia na agenda de governos, empresas e setores da sociedade, a demanda por soluções que aliem o desenvolvimento econômico à preservação dos recursos naturais é motivadora natural de novas pesquisas e projetos. A Pós-Graduação em Recursos Florestais da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq-USP) recebe recursos da ordem de R\$ 1 milhão/ano apenas embolsas. O programa se destina a formar mestres e doutores em conservação de ecossistemas florestais, silvicultura e tecnologias de produtos florestais.

"Temos 150 alunos e fazemos pesquisas de alto impacto para a área florestal, divulgadas por publicações de grande repercussão como as revistas Nature e Science", afirma Demóstenes Ferreira, coordenador do curso. "Nosso programa é o melhor avaliado no Brasil na área florestal pela **Capes** e é atualmente o mais internacional da Esalq."

O sucesso porém é acompanhado de desafios. A reposição de docentes em regime integral que se aposentam não é suficiente para atender às demandas do curso. "Acredito que ainda conseguiremos manter uma boa produtividade nos próximos quatro anos. Mas é preciso termos professores para que não haja redução em pesquisas e o Estado mantenha a liderança no setor."

Potencial da Matéria. "Ciência dos materiais é uma super área. Como o nome diz, é estudar a estrutura das matérias, o que inclui até formas vivas", resume Novais.

Um exemplo chama a atenção pela proporção: mapear por completo o céu do Hemisfério Sul. A iniciativa visa a entender a energia escura, responsável pela expansão acelerada do universo.

O potencial da matéria. Aos olhos leigos, as recentes cenas de contaminação das praias com petróleo criaram sentimentos como comoção, revolta ou simplesmente perplexidade. Para pesquisadores em Ciências dos Materiais nas Universidades Federais de São Paulo (Univesp) e de São Carlos (UFSCar), as imagens instigaram ideias. O grupo trabalha com materiais magnéticos que atraem o petróleo cru da superfície da água e assim facilitam o processo de limpeza. Em breve, experimentos de campo serão feitos em águas do Ceará. "Nos últimos anos, tem havido ênfase nas pesquisas de materiais", diz Osvaldo Novais, presidente da Sociedade Brasileira de Pesquisa em Materiais (SBPMat). "Em minha equipe, congrego pesquisadores de várias áreas. Tenho físico, biólogo e médico. Essa sinergia faz com que os resultados apareçam."

Em campos tradicionais como a Medicina, as pesquisas brasileiras com materiais facilitam o desenvolvimento de terapias com modernas opções de próteses, implantes e biossensores, item no qual a produção brasileira é marcada pela excelência no cenário mundial. Nas áreas mais modernas, imersas em tecnologia, projetos nacionais relacionados à Internet das coisas ganham incentivos de instituições como o BNDES, que anunciou em julho seu primeiro apoio a um projeto piloto na área. "Ciência dos materiais é uma superárea. Como o nome diz, é estudar a estrutura das matérias, o que

inclui até formas vivas", resume Novais.

Olho no céu. A mais antiga das ciências da história e uma das mais fascinantes para o grande público, a astronomia, aliada à sua prima mais nova, a astrofísica, constitui um dos campos nos quais os pesquisadores brasileiros são destaques em projetos com repercussão internacional.

O projeto conta com um grupo de 50 cientistas brasileiros que, com colegas estrangeiros, deverão atuar na construção do telescópio Large Synoptic Survey Telescope (LSST), no Chile. Previsto para entrar em operação em 2022, o LSST vai fornecer dados importantes sobre o sistema solar e a evolução de estruturas no universo.

"Ele vai ter capacidade de fazer filmes em alta definição, captando em detalhes os movimentos no céu. Possibilitará, por exemplo, identificar asteroides que estejam próximos da terra e de alguma forma representem perigo", explica Ricardo Ogando, astrônomo que atua no Observatório Nacional e faz parte da equipe brasileira do projeto.

Ele auxilia no desenvolvimento do software que vai visualizar as imagens que serão produzidas com mais de 3 mil megapixels. E, ao mesmo tempo em que se envolve com as questões do cosmos, Ogando também se preocupa com um problema bem terreno da ciência brasileira, que é a aproximação com a sociedade. Como representante de uma área que provoca encantamento - afinal, todos querem saber mais sobre o espaço e os planetas-, ele tem ajudado a mostrar a importância e os benefícios da pesquisa científica. E, de quebra, feito os olhos de crianças e adolescentes brilharem com a possibilidade de também serem cientistas.

Em julho, durante a reunião anual da SBPC, que neste ano ocorreu em Campo Grande, Ricardo Ogando participou de um programa que a entidade realizou em parceria com a rede municipal de ensino, no qual interagiu com centenas de estudantes. "Foi uma chance de matar a curiosidade dos alunos sobre a profissão e de contar para eles como a ciência ensina as pessoas a pensar mais, entender o mundo e tentar melhorá-lo. Os cientistas são profissionais talentosos que sabem Matemática, Física, Biologia, Estatística e diversos outros saberes que deveriam ser disseminados para o bem da sociedade."

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Barreiras de entrada

Proposta de partidos de ampliar fundo eleitoral quer apenas dificultar a entrada de novos atores na política

Uma ampla coalizão de partidos quer aumentar o fundo eleitoral que financiará as próximas eleições municipais. A ampliação do fundo tira recursos da saúde, da educação e da infraestrutura com o intuito de ampliar as barreiras de entrada para novos atores na política.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/pablo-ortellado/2019/12/barreiras-de-entrada.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPAÇO ABERTO

De como o óbvio é revolucionário

JORNALISTA, ESCREVE EM WWW.VESPEIRO.COM

Domingo agora, J. R. Guzzo escreveu neste jornal que “a igualdade não é um direito, é o resultado do que o cidadão aprendeu”, que “é inútil querer que as pessoas tenham igualdade nos resultados quando não são iguais nos méritos” e que “não há como ser igual nos méritos se o sujeito que sabe menos não teve oportunidades iguais de aprender as coisas que foram aprendidas pelo sujeito que sabe mais”. Conclusão: “ainda não foi inventada no mundo uma maneira mais eficaz de concentrar renda, preservar a pobreza e promover a desigualdade do que negar ao povo jovem uma educação decente”.

Mas como arrancar a educação pública brasileira dos dois atoleiros aos quais está presa, a corrupção inerente ao ambiente estatal e o serviço a um projeto de poder? Ontem, falando de corrupção, Modesto Carvalhosa lembrou nesta página que “um fenômeno sistêmico é o que cria, ele próprio, sua continuidade, permanência, persistência e expansão”. Mas pode haver uma versão virtuosa disso. Eu tenho fascínio pela instituição da eleição direta do school board das escolas públicas em todos os países de colonização inglesa. É a peça mais básica da democracia moderna, que é a que foi reinventada por eles. É ali que se dá a intersecção mais concreta do público com o privado e que se define, no nível mais próximo do cidadão comum, a relação hierárquica que há entre ele e o seu representante eleito, de modo a criar a sua própria continuidade.

Sendo a base de tudo na democracia moderna a necessidade de ela ser “representativa” e o sistema distrital puro de eleição a única maneira sem tapeações de prover essa representação de modo aferível, preto no branco, o bairro, a menor célula do sistema, elege obrigatoriamente entre candidatos que moram nele (pais de alunos) o conselho gestor da escola pública local. Nos Estados Unidos esses boards têm, tipicamente, sete membros para que não haja empate em suas decisões, com duas “metades”, uma de três outra de quatro membros, eleita a cada dois anos, para mandatos desemparelhados de quatro anos. Como todo funcionário eleito, também estes estão sujeitos a recall a qualquer momento que seus eleitores se sentirem mal representados. Esse conselho tem por atribuição contratar e demitir o diretor da escola e aprovar ou não os seus orçamentos e planos de voo anuais.

A esta altura os leitores ainda sujeitos ao complexo de vira-latas já estão pensando como o brasileiro das favelas ou lá dos fundões poderá mandar na educação (de seus filhos) com bons resultados. A função do school board, assim como a da democracia como um todo, não é imprimir sofisticação aos currículos, é estabelecer o filtro contra a mais mortífera de todas as doenças que acompanham a humanidade ao longo dos tempos neste vale de lágrimas, que é a corrupção pelo poder, e tornar a escola pública “orientada para o cliente”. Hoje, com as exceções que confirmam a regra, ela está orientada para servir a seus servidores e manter para sempre nas mãos dos próprios privilegiados o controle sobre a distribuição de privilégios pelo Estado, que é ao que se resume, despido de sua fantasia século 20, todo o blablá em torno da estatização ou não do que quer que seja.

Qualquer pai terá condições de saber quem são as pessoas mais capacitadas para fazer parte desse board na sua comunidade e, sendo o voto secreto, de defender-se de pressões indevidas. E qualquer ser humano em poder de suas faculdades saberá avaliar a

razoabilidade ou não de um orçamento a partir da segunda vez que tiver de tratar do assunto. Além disso, como todos, esse sistema gera os seus próprios meios de tornar-se “sistêmico” e autorreproduzir-se: centros de apuração e difusão de melhores práticas, cursos de aperfeiçoamento de membros de school boards, etc.

Nenhum prejuízo colateral será maior que o de manter o controle das verbas e das decisões na área de educação nas mãos de quem terá o poder de transformá-las no próprio salário e o de deixar a avaliação de quem deve preparar um país inteiro para a competição global a indivíduos que não têm, eles próprios, de competir por seu lugar ao sol. Ontem mesmo, aliás, editorial na página ao lado desta constatava que há mais professores do ensino básico sendo formados no Brasil de hoje, onde eles já são 3,1% da força de trabalho e 20% das mulheres com ensino superior, que alunos a demandá-los. Por que seria, se os salários são tão baixos? Porque o magistério público atrai pessoas de famílias paupérrimas e, no quadro da miséria nacional, ser professor prestando um vestibular de Pedagogia é um modo mais fácil que o vestibular de Medicina, por exemplo, para disputar uma posição de segurança vitalícia num emprego estatal.

Não é, portanto, aumentando salários num ambiente regido pela regra da isonomia – aquela que afirma: “eu merecerei ganhar mais sempre que outra pessoa fizer por merecer ganhar mais” – que se vai resolver o problema da qualidade da educação básica no Brasil. E a solução passa obrigatoriamente pelo rompimento com a “mentira analítica”: a crítica do sistema tem de ser feita pelo consumidor, e não pelo fornecedor de educação pública, como geralmente acontece até mesmo nas bancas (quase exclusivamente compostas por professores de universidades públicas) que os jornalistas convocam para debater o problema.

Nada disso, porém, pode ocorrer isoladamente. Se quisermos viver numa democracia, o school board é só a peça mais básica. Um certo número de distritos eleitorais escolares (bairros) comporá um distrito eleitoral municipal, um conjunto destes fará um distrito estadual e outro múltiplo deles fará um distrito federal, que elege um deputado federal, todos eles diretamente atrelados a eleitores específicos e sujeitos a recall, ou seja, submetidos à mesma meritocracia sob a qual vivem os seus representados.

Não é só o sistema de educação pública. O Brasil inteiro não funciona porque a avaliação e a condição de permanência, seja no emprego, seja no poder públicos, é absolutamente independente da “satisfação do cliente”.

O Brasil não funciona porque a avaliação do setor público independe da ‘satisfação do cliente’

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - NOTAS E INFORMAÇÕES

O Brasil perde posição no IDH

Casa Civil atribuiu responsabilidade a “governos petistas”, mas não disse o que a gestão Bolsonaro já fez de concreto no mandato para reverter o quadro.

O Brasil voltou a cair no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Nações Unidas, que mede o bem-estar da população com base em indicadores de saúde (expectativa de vida ao nascer), educação (anos esperados de escolaridade e média de anos de estudo da população adulta) e renda nacional bruta per capita. Com um aumento

de apenas 0,001 em relação ao ano anterior, o Brasil passou da 78.^a para a 79.^a colocação, entre 2017 e 2018, num total de 189 países avaliados. Quanto mais próximo o IDH for de um, maior é o desenvolvimento humano. O tema do IDH deste ano foi Além da renda, além das médias, além do hoje: desigualdades no século 21.

O primeiro colocado no ranking geral de IDH foi a Noruega (0,954), seguida pela Suíça (0,954) e pela Irlanda (0,942). Os três últimos colocados foram Chade (0,401), República Centro-Africana (0,381) e Níger (0,377). Na América do Sul, a primeira posição foi ocupada pelo Chile (0,847), seguido pela Argentina (0,830) e pelo Uruguai (0,808). Com IDH de 0,761, o Brasil ficou na quarta colocação, ao lado da Colômbia.

Elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o relatório afirma que, embora o Brasil tenha registrado avanços acentuados entre 1990 e 2013, nos anos seguintes apresentou resultados pouco expressivos. Entre 2013 e 2018, o Brasil perdeu três posições no ranking, todas elas pelo mesmo motivo: a estagnação dos indicadores de qualidade da educação em patamares muito baixos.

Esse é um problema antigo, decorrente das desastrosas políticas educacionais adotadas ao longo das décadas de 2000 e 2010. Sem foco, sem prioridade e sem linha de continuidade, os governos desse período agitaram bandeiras muito mais vistosas do que eficazes, ora colocando o ensino superior à frente do ensino fundamental, ora acenando com o fortalecimento do ensino médio, quando deveria cuidar mais de objetivos elementares, como o ensino de português, matemática e ciência.

Os números do IDH mostram o impacto, sobre as novas gerações, dos graves equívocos cometidos no campo da educação brasileira. O período esperado para que os brasileiros fiquem na escola está parado em 15,4 anos desde 2016. Além disso, a média do tempo de estudo da população adulta ficou em apenas 7,8 anos – a mesma desde 2017.

Associado à questão da baixa qualidade do sistema de ensino do País, outro ponto preocupante apontado pelo IDH diz respeito às profundas desigualdades da sociedade brasileira. Uma delas é a de renda: os 10% mais ricos detêm 41,9% da renda total do País. É a segunda maior concentração de renda em todo o mundo, ficando atrás apenas do Catar.

Além das diferenças regionais e de renda, o Pnud de 2018 chama a atenção para outras desigualdades que estão surgindo, aprofundando as diferenças entre pobres e ricos. “Sob a sombra da crise climática e das amplas mudanças tecnológicas, as desigualdades estão assumindo novas formas no século 21. A crise climática já está atingindo os mais pobres, enquanto os avanços tecnológicos, como inteligência artificial, podem deixar para trás grupos inteiros de pessoas e até mesmo de países”, afirma o relatório. Quando essas desigualdades são levadas em conta na classificação geral do IDH, o Brasil perde 23 colocações. É o país que mais perde posições, seguido por Camarões.

Nos demais indicadores, o País registrou melhorias muito tímidas. No campo da saúde, a expectativa de vida ao nascer passou de 75,5 para 75,7 anos. Já a renda nacional bruta per capita subiu de US\$ 13.975 para US\$ 14.068. Os dados do IDH apontam, assim, a complexidade dos problemas nacionais.

Após a divulgação desses dados, a Casa Civil da Presidência da República soltou nota

oficial, na qual atribui aos “governos petistas” a responsabilidade pela queda do Brasil no ranking do IDH. Não disse, porém, o que o governo Bolsonaro já fez de concreto no mandato, especialmente no campo da educação, para reverter esse quadro.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

TV Escola passa série que propõe revisão histórica

Série de 5 episódios na emissora de sinal aberto promete ‘maior resgate histórico já produzido’ e agrada a redes bolsonaristas

A TV Escola, emissora de sinal aberto, exhibe nesta semana a série com cinco episódios Brasil: A Última Cruzada, da produtora Brasil Paralelo, que faz uma revisão da história do País, ouvindo simpatizantes da monarquia e Olavo de Carvalho. A iniciativa foi comemorada nas redes bolsonaristas.

A produtora Brasil Paralelo, surgida em 2016, vai transmitir uma de suas séries na TV Escola, de sinal aberto. Dividida em cinco episódios, Brasil: a Última Cruzada já no episódio inicial traz uma entrevista do “guru de Bolsonaro”, o ideólogo Olavo de Carvalho.

No site da produtora, a série, lançada na internet em 2017, é definida como “o maior resgate histórico já produzido no País”. No Twitter da TV Escola, está a informação de que a Brasil Paralelo cedeu a série para que o canal a exibisse. A TV anuncia que os episódios iriam ao ar até sexta-feira, sempre às 21 horas. “Nossos documentários são gratuitos, qualquer um pode reproduzi-los e ficamos felizes quando decidem fazê-lo, não faz sentido impedir. A Brasil Paralelo não recebe nenhum centavo de dinheiro público, 100% da nossa receita vem das assinaturas dos membros”, informou a produtora no Twitter.

A TV Escola é um canal de televisão gerido pela Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp), que se apresenta como uma organização social independente, de direito privado. Chegou a fazer parte do Ministério da Educação, mas desde 2015 mantém apenas contrato de gestão com o MEC para produção de conteúdo e gestão operacional.

Procurada, a Acerp disse que a decisão de transmitir o documentário foi tomada em reunião de pauta entre as áreas de programação, produção e direção, levando em consideração o

“objetivo de diversificar a programação”. Ao ser questionada pelo Estado se o MEC ainda tem interferência na programação – considerando currículo das escolas e cursos de graduação –, informou que o ministério é quem deveria responder. Já o MEC disse que a TV Escola tem independência.

O Estado apurou que a escolha dos materiais a serem veiculados é feita pelo conselho da associação, sem a necessidade da avaliação de educadores. A autonomia era vista como uma forma de impedir que materiais fossem censurados, mas há um temor de que a ausência de uma avaliação possa permitir a veiculação de materiais sem qualidade pedagógica.

Para a historiadora Maria Aparecida de Aquino, professora da USP, a ausência de regras para a definição da programação de um canal educativo tem como objetivo evitar a

“asfixia” e censura dos conteúdos, mas exige uma posição responsável de quem os seleciona. “É bastante preocupante veicular em um canal de sinal aberto, voltado para estudantes e professores, um material sem comprovação histórica, sem documentos que possam dar embasamento a essa visão.”

A produtora diz em seu site que a série pretende “desenterrar o nome dos grandes homens na nossa história” e “ajudar a devolver a história que nos foi negada”. A produção ajudou a dar projeção ao recém-nomeado presidente da Biblioteca Nacional, Rafael Nogueira, filósofo e professor conhecido em canais de YouTube da direita bolsonarista e contrário ao republicanismo brasileiro que derrubou a monarquia em 1889.

A iniciativa foi criticada, mas também comemorada nas redes sociais. “Teremos Olavo de Carvalho na TV aberta. Grande dia”, comemorou Allan dos Santos, blogueiro bolsonarista criador do site Terça Livre. Um dos principais entusiastas da produtora é o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), que quando era cotado para assumir a Embaixada em Washington dizia estudar História com as séries da Brasil Paralelo. “Temos uma lindíssima história e ela há de ser recuperada. Agora: Brasil Paralelo na TV Escola”, disse ele, ontem, em seu Twitter.

Influência. Com forte influência no alto escalão do governo Bolsonaro, Olavo conseguiu indicar muitos nomes para o MEC no início da gestão. Após uma série de polêmicas e muitas críticas, o ideólogo perdeu a maioria dos indicados. Atualmente, tem apenas um deles no alto escalão, o secretário de Alfabetização, Carlos Nadalim.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS

Governo quer vale-creche no Bolsa Família

Ideia é incluir novo benefício no Orçamento, como parte da reformulação do programa

BRASÍLIA

O governo negocia uma forma de incluir no Orçamento de 2020 valor para o pagamento de um vale-creche, como parte do projeto de reformulação do programa Bolsa Família – que está sendo coordenado pela Casa Civil. O voucher permitiria aos beneficiários do programa pagar o custo de uma creche.

A ideia do governo é buscar espaço no Orçamento do ano que vem para aumentar os recursos para o Bolsa Família, que pode ter a inclusão também de um benefício para jovens de até 21 anos.

Como o Estado mostrou no sábado, a ideia é dividir o programa em três: benefício cidadania,

dado às famílias de baixa renda; benefício primeira infância, para crianças de até 3 anos; e benefício a crianças e jovens, contemplando jovens de até 21 anos. Além disso, poderá ser criado um extra para valorizar a “meritocracia”: seria um prêmio para crianças que tivessem sucesso em olimpíada de conhecimento, fossem aprovadas na escola ou se destacassem no esporte.

O relator do projeto de lei orçamentária, deputado Domingos Neto (PSD-CE), já participou de reunião com o ministro da Casa Civil, Onxy Lorenzoni, integrantes dos

Ministérios da Economia, Educação e Cidadania.

Ao Estado, ele disse que é “sensível” à demanda de ampliar o Bolsa Família, mas afirmou que o teto de gastos (regra prevista na Constituição que impede o crescimento dos gastos acima da inflação de um ano para outro) é um limitador para inclusão de mais recursos.

O governo ainda não apresentou ao relator de onde podem sair os recursos extras para bancar a reformulação do Bolsa Família. A previsão de R\$ 29,5 bilhões em 2020 não cobre até mesmo o pagamento do 13.º no benefício, promessa do presidente Jair Bolsonaro.

“Preciso entender o que é o aumento, mas sou muito sensível a atender o que é possível”, disse Neto, que admitiu que a negociação agora na véspera da apresentação do relatório poderá ficar “um pouco prejudicada”. O relator pretende apresentar seu relatório no próximo domingo para votação na terça-feira seguinte na Comissão Mista de Orçamento.

“O governo ainda não terminou o projeto completo de reformulação. Tem algumas ideias gerais e algumas muito positivas”, disse o relator. Segundo ele, o Orçamento, que passa a ser impositivo a partir de 2020, vai representar uma “virada de chave” na relação do Congresso com a gestão orçamentária e prioridades de projetos.

Um das propostas para bancar o novo Bolsa Família é cortar os incentivos fiscais como o desoneração da cesta básica e da folha de pagamentos das empresas, que termina no final do ano que vem. O governo também quer insistir com proposta de redução do abono salarial. Já foi proposta para o governo adotar o voucher para as creches por meio do Fundeb, fundo para a educação básica cujos recursos não estão sujeitos ao teto de gasto.

topo 

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

A formação do profissional não pode terminar nunca

Reitor do Instituto Mauá de Tecnologia afirma que o novo profissional precisa ser flexível e necessita de cursos que dialoguem com o mercado de trabalho

Com a ampliação do número de cursos lato sensu no Brasil, muitas pessoas que procuram se atualizar por meio desse tipo de formação ficam divididas entre o desafio de atender às demandas de um setor produtivo em transformação e traçar uma carreira que não se restrinja a um único perfil profissional. Para José Carlos de Souza Junior, reitor do Centro Universitário do Instituto Mauá de Tecnologia, avançar nesses aspectos requer flexibilidade e motivação para ir além dos conhecimentos técnicos. “A formação de um profissional nunca termina, e uma pós-graduação oferece outros aspectos importantes além da técnica, como o exercício do networking, da liderança, da empatia, a possibilidade de conhecer novos modelos de negócio e de interagir com diversidades”, explica.

Para oferecer uma formação que atenda esses requisitos, instituições tradicionais de ensino passaram a flexibilizar seus cursos de pós-graduação. O Instituto Mauá, por exemplo, criou há dois anos uma estrutura modular que permite ao aluno fazer disciplinas semestrais que dialogam para oferecer certificados de atualização, aperfeiçoamento e especialização, de acordo com a necessidade e o tempo de cada um.

Os estudantes podem, assim, aproveitar oportunidades como intercâmbios ou mudanças na carreira, podendo pausar quando necessário e retomar no próximo módulo.

Ainda de acordo com Souza Junior, a dinâmica dos cursos dialoga tanto com a realidade do profissional quanto com a inovação almejada pelas empresas, que buscam um perfil aberto ao novo, que saiba identificar outras fontes de renda e de negócio e que consiga operar de maneira transversal por diversas áreas. “É importante existir um curso que seja mais eclético e que permita ao profissional aprimorar também sua formação como cidadão e como pessoa.” Por essa razão, a pós-graduação do Instituto Mauá mantém o foco nas atividades presenciais, nas quais os alunos têm contato com pessoas que não necessariamente possuem a mesma linha de pensamento, mas que contribuem para o diálogo com a diversidade.

É importante existir um curso que seja mais eclético e que permita ao profissional aprimorar também sua formação como cidadão e como pessoa”

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL HORA DE FORMAR OS PROFESSORES

Trabalho com competências socioemocionais, previsto na base curricular, exige formação e atualização profissional

Melhora em exames internacionais e chegada da Base Nacional-Comum Curricular exigirão mais de docentes.

Os resultados do Brasil na edição 2018 do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa, na sigla em inglês), divulgados na semana passada, mostram que 68% dos estudantes brasileiros de 15 anos não sabem o básico de Matemática, 50,1% apresentaram baixo desempenho em Leitura e 55,3% têm baixo desempenho em Ciência. Na série histórica (desde o ano 2000), o Brasil aparece estagnado há dez anos.

Isso é resultado, afirmam os especialistas, da falta de políticas públicas consistentes que tenham como prioridade não o aluno, mas o professor. E o desafio cresce no próximo ano, com a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a necessidade de trabalhar as competências socioemocionais.

“Valorizar o professor é condição central para o sistema educacional promover e sustentar um salto de qualidade”, afirma Olavo Nogueira Filho, diretor de políticas educacionais do Todos Pela Educação. “A despeito de diferentes espectros políticos, culturais e sociais, o que o Pisa nos mostra é que os países com melhores resultados traçaram um caminho similar: bons salários e formação inicial e continuada bastante rigorosa.”

A questão da formação docente é tão importante que uma resolução aprovada recentemente pelo Conselho Nacional de Educação já traz diretrizes importantes, como a que define um perfil de egresso para cursos de licenciatura e Pedagogia, em termos de conhecimentos e competências. Mas e os milhares de docentes que já estão em sala de aula? O desafio é atualizá-los para que consigam trabalhar o conteúdo de forma que faça sentido e seja apreendido pelos alunos e, ao mesmo tempo, atuar no desenvolvimento de competências como resiliência, assertividade e empatia.

“A maioria dos docentes foi formada para passar conteúdo. Isso não funciona mais.

Hoje, o conteúdo está no Google, para todo mundo achar em segundos. A atuação dos professores precisa ser outra: tem de estar nos relacionamentos e no que a gente faz com esse conteúdo que está no Google”, afirma a educadora Áurea Araújo Bartoli.

Convivência. Licenciada em Química e Pedagogia e com 23 anos de magistério, a educadora assumiu há três anos cargos de gestão e, depois disso, passou a estudar e a atuar para transformar esse modelo que já não faz mais sentido. Áurea implementou na escola em que é diretora um grupo de formação de professores e um programa de convivência ética que abrange 2 mil alunos matriculados do 6.º ao 9.º ano do ensino fundamental.

“Não adianta apenas eu dizer ao professor que ele precisa trabalhar conceitos como empatia, resolução de conflitos, respeito próprio. Ele precisa saber o porquê disso e fazer a reflexão sobre a prática. Se não, pode achar, por exemplo, que é só uma regra fazer trabalho em grupo e não individual. Se isso acontece, não vai conseguir aproveitar o potencial pedagógico do momento.”

Para estruturar o programa que implementa, Áurea também buscou formação. Ela termina neste ano o curso de pósgraduação As Relações Interpessoais na Escola: das Competências Socioemocionais à Personalidade Ética, oferecido pelo Instituto Vera Cruz. Com cinco semestres de duração, o objetivo do curso é formar especialistas aptos a identificar e a intervir em problemas de convivência. Além disso, eles se tornam capazes de favorecer o desenvolvimento socioafetivo da criança e do adolescente.

Na grade, há disciplinas como Desenvolvimento Moral e Afetivo e outras que abordam os problemas de convivência na escola. No tópico Manifestações Violentas, por exemplo, são tratados temas como diferenciação entre violência e agressividade, o fenômeno “bullying” e as sutilezas desse tipo de violência na escola,

além de estudos sobre os sentimentos de vergonha e humilhação e as consequências disso para o desenvolvimento da autonomia moral.

A partir desse repertório, a parte propositiva fica por conta de disciplinas como a que trabalha as Práticas para Convivência Ética, como assembleia escolar, teatro, jogos de representação, e para a expressão dos sentimentos, narrativas morais, entrevistas pessoais e sessão de debates. “Ao formular um curso de pós-graduação, a gente faz esse movimento de tentar identificar as demandas, contemplar as pesquisas atuais e, ao mesmo tempo, olhar para as políticas públicas vigentes”, explica Andrea Luize, coordenadora do Instituto Vera Cruz.

Por causa da BNCC, por exemplo, o instituto também atualizou a proposta da pós em Educação Infantil – os iniciantes em 2020 já terão acesso a nova formatação. Já o curso de Didática em Matemática procura responder à Base e a uma demanda muito considerável dos docentes: a dificuldade de ensinar Matemática.

Conteúdo com sentido. Imagine uma criança que cresceu sem aprender totalmente Matemática, até porque a professora tinha dificuldade em ensinar e fazia parecer aquilo tudo muito chato. Depois do ensino médio, este agora jovem decidiu prestar um curso de Humanas, até para fugir das Exatas.

Essa pessoa se forma em Pedagogia e consegue um emprego como docente dos anos iniciais. Alguns dias em sala de aula e vem o desafio: cabe a ela ensinar os primeiros conceitos matemáticos àquelas crianças de uma forma diferente daquela que aprendeu, exatamente para não repetir o círculo vicioso.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

O que são competências-socioemocionais?

Tudo começou por volta dos anos 1930, quando pesquisadores se debruçaram sobre quais seriam as palavras usadas para descrever os traços da personalidade humana. A partir dos anos 1980, foram definidos cinco eixos: abertura ao novo (curiosidade para aprender, imaginação criativa e interesse artístico), consciência ou autogestão (determinação, organização, foco, persistência e responsabilidade), extroversão ou engajamento com os outros (iniciativa social, assertividade e entusiasmo), amabilidade (empatia, respeito e confiança) e estabilidade ou resiliência emocional (autoconfiança, tolerância ao estresse e à frustração).

Diversas pesquisas revelaram que alunos que têm essas então denominadas competências socioemocionais de forma mais desenvolvida apresentam maior facilidade de aprender os conteúdos acadêmicos. Estudantes mais responsáveis, focados e organizados aprendem em um ano letivo cerca de um terço a mais de Matemática do que os colegas que apresentam esses parâmetros menos desenvolvidos. Em Língua Portuguesa, os efeitos são semelhantes, e alunos mais abertos e protagonistas têm seu aprendizado impulsionado em 30%.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Programa dá acesso a faculdade nos EUA

Até o dia 13 de janeiro ficam abertas as inscrições nacionais para o Programa Oportunidades Acadêmicas, oferecido há 13 anos pelo EducationUSA, órgão oficial do governo americano para estudos naquele país. A proposta é apoiar estudantes academicamente qualificados, mas sem condições financeiras para ingresso em instituições internacionais.

A candidatura é feita pelo site www.educationusa.org.br, com base em um formulário online em inglês, que inclui redações, envio de documentos acadêmicos (histórico e boletins) e financeiros – que atestem a realidade financeira da família. Sugere-se o domínio intermediário da língua inglesa e ótimas notas.

Desde a sua criação, em 2006, o programa auxiliou mais de 300 alunos em duas modalidades: para alunos de ensino médio interessados em fazer a graduação nos Estados Unidos e para alunos que tenham interesse em fazer um mestrado ou doutorado naquele país. Se aprovado, automaticamente o estudante passará por um programa de mentoria com um orientador do EducationUSA e terá acesso a material de estudo para testes, além de isenção de taxas de visto e de provas.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

EAD torna o nível superior acessível

O Censo de Educação Superior de 2018 mostra uma tendência que se consolida a cada dia. Não só pela migração de alunos da educação presencial para a educação a distância, mas pela crescente participação na educação básica de alunos portadores de necessidades especiais. Embora a modalidade EAD seja mais acessível, é preciso

entender que o conceito de acessibilidade é muito mais amplo e é papel da instituição de ensino assegurá-la.

Entende-se como acessibilidade a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida, nos termos da legislação vigente. Assim, além da qualidade, o projeto pedagógico deve incluir a facilidade de acesso ao melhor processo de ensino-aprendizagem, eliminando barreiras físicas, atitudinais, pedagógicas e de tecnologia.

De acordo com o Censo 2010, quase 24% dos brasileiros apresentam algum tipo de deficiência, sendo 18,6% visual, 5,1% auditiva, 7% motora, 1,4% intelectual ou mental. Por sua vez, o Censo Escolar de 2018 revelou que, nos últimos cinco anos, o número de estudantes com necessidades especiais matriculados em escola especial aumentou mais de 33% no Brasil.

O Inep analisou dados escolares brasileiros desde 2014 e concluiu que o número de classes especiais exclusivas chegou a 1,2 milhão no ano passado. O principal motivo para esse aumento foi o número de matrículas desses jovens especiais (entre 4 e 17 anos) em classes comuns. Em 2014, correspondia a 87,1% e passou para 92,1% em 2018. É um sinal da efetiva proposta de acessibilidade sendo cumprida.

Com esse aumento de jovens especiais frequentando as escolas de educação básica, de ensino fundamental e médio, cabe às universidades, faculdades e centros universitários se preparem para recebê-los. Diante disso, programas de graduação e pós-graduação a distância podem ser importante alternativa de continuidade de estudos, com base em ambientes virtuais de aprendizagem.

Tais ambientes, contudo, devem ser acessíveis também com vídeos legendados e ou com tradução em Libras para deficientes auditivos, conteúdos narrados, ou com descrição audível, para os deficientes visuais. São estratégias que permitem que alunos discutam temas, desenvolvam trabalhos em conjunto e experimentem novas formas de aprendizado, rompendo as barreiras da solidão do estudo a distância. Além disso, abrem uma oportunidade de facilitação do aprendizado coletivo.

*

Vídeos legendados e tradução em Libras ou narrações são estratégias inclusivas

É DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE APOIO À TECNOLOGIA (FAT) E DOCENTE DA FACULDADE DE TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (FATEC) HÁ MAIS DE 30 ANOS

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Mais feminina, pós cresce 74% no País

Pesquisa do Semesp, com dados oficiais e do 'Estado', mostra ainda concentração de cursos em São Paulo e avanço no formato EAD

Praticamente dois em cada três alunos que frequentam especializações de nível superior no Brasil são mulheres (62,3%). Do total, 84,9% estão empregados – e 11% tem mais

de um emprego. É o que mostra a pesquisa **Cursos de Especialização Lato Sensu no Brasil**, um levantamento inédito elaborado pelo Semesp e divulgado na sexta-feira sobre o cenário dos cursos de pós-graduação lato sensu nas instituições de ensino superior públicas e privadas.

Houve um crescimento de 74% na procura por especializações, puxado pela rede privada, que aumentou 80% – ante 41% na rede pública. Os números foram de 683.053 matriculados em 2016 para 1.187.457 em 2019. Houve avanço ainda, só que menor, em mestrado (de 112.403 para 122.838) e doutorado (218.389 para 257.800). Segundo o diretor executivo do Semesp, Rodrigo Capelato, o aumento surpreendeu. “Enquanto a procura pela graduação só cresceu 1,9% entre 2017 e 2018, no lato sensu houve alta de 20% nesse período.”

Para ele, a crise foi um fator decisivo. “Quem perdeu emprego procurou o estudo para se recolocar e quem está no mercado tentou se precaver”, afirma. Apesar da retomada econômica, a tendência ainda é de avanço nas pós-graduações. “Com mais gente chegando à graduação, a pós se torna um diferencial. Além disso, há a questão do avanço tecnológico. Um engenheiro, por exemplo, terá de buscar um curso para se atualizar, para se manter no emprego. Sem contar áreas em que faltam profissionais, como cientistas de dados e analistas de Big Data.”

A pesquisa foi realizada pelo Instituto Semesp com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Dados (PNAD Contínua), levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no período 2016-2019.

Também foram consideradas informações contidas no site do e-MEC e no Guia do MBA

2019 do Estado – e inclui os cursos Master Business Administration (MBA), voltados para o aperfeiçoamento de uma área profissional específica com foco nas demandas do mercado de trabalho, com duração de 360 horas.

Há hoje no País 2.053 instituições de ensino, que ofertam 73.255 cursos de especialização de nível superior nas modalidades presencial e EAD – 1.868 (91% delas) são privadas, acolhendo 88% dos alunos. A educação a distância responde por um em cada quatro cursos. E uma em cada três pós-graduações (35%) ainda é na área de Educação, seguida por Ciências Sociais, Negócios e Direito (31%), Saúde e Bem-Estar Social (24%).

Alunos. Considerando a população com 24 anos ou mais, 5,7 milhões concluíram um curso de especialização de nível superior no período da pesquisa – para efeito de comparação, nesses anos, 19 milhões concluíram a graduação. Dois em cada três em especializações, em média, são mulheres.

Para Capelato, a explicação passa pelo grande número de cursos de Educação, tradicionalmente de maior presença feminina. “Alguns Estados oferecem a professores diferenciais, como remuneração e pontuação, caso frequentem cursos, se atualizem.”

A maior parte dos estudantes ainda frequenta cursos na modalidade presencial (68%). No entanto, o EAD avançou 125% entre 2016 e 2018 e há boas perspectivas. “A

concorrência maior na graduação levará novas instituições para essa área”, diz o diretor executivo do Semesp.

Quando se considera a questão territorial, revela-se o quanto as pós-graduações ainda estão centradas no Sudeste do País. São Paulo responde por quase um em cada quatro alunos (24% de todos os ingressantes). Já o número de pretos, pardos e indígenas – 38,5% – fica abaixo do observado na população em geral.

Entre os alunos, só 15,1% não trabalham e se dedicam exclusivamente ao estudo. Dos que trabalham, 71% têm empregos formais, com carteira de trabalho assinada, e quase metade atua na iniciativa privada. Dois em cada três estão no mesmo emprego há dois anos ou mais. Outro dado do levantamento é que 46,1% dos entrevistados declarou trabalhar com serviços sociais.

De acordo com o Semesp, a pesquisa também registra que os alunos que frequentam cursos de especialização de nível superior têm rendimento médio mensal de R\$ 4,6 mil, valor 150% maior do que a média de rendimento daqueles que fazem cursos de graduação. O rendimento médio ficou em R\$ 4,8 mil para os alunos da rede privada e R\$ 3,7 mil para os da pública.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

‘Temos trabalhos de impacto’

1. Que fatos mostram a força da produção científica brasileira?

O Brasil está entre os 15 países que mais produzem ciência no mundo. No ano passado, foram em média 230 novos artigos científicos por dia e 170 capítulos de livro. Isso é muita coisa. São 400 novos achados por dia de nossos cientistas, em todas as áreas do conhecimento. Se a gente considerar que nossas instituições que fazem pesquisa são extremamente jovens, esse número fica ainda mais impressionante. A USP, nossa melhor universidade, é de 1934. Os cientistas da USP “competem” internacionalmente com cientistas de universidades centenárias com orçamentos milionários. E, mesmo assim, temos trabalhos de impacto mundial.

2. Em pesquisa recente do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, feita com jovens entre 15 e 24 anos, 93% não souberam citar o nome de um cientista brasileiro e 87% não souberam citar instituições científicas. O que fazer sobre isso? Obviamente a gente não pode colocar toda a responsabilidade por esse resultado nas universidades. O Brasil tem um dos piores níveis de educação científica do mundo na educação básica, só 10% das escolas têm laboratório, temos poucos museus de ciência. Com pouco contato com ciência ao longo da vida, fica difícil conhecer instituições que fazem pesquisa ou cientistas. A universidade, porém, tem seu papel: é preciso informar para a sociedade o que se faz. Hoje isso ainda é realizado de maneira tortuosa. Precisamos aprender a comunicar melhor a ciência para não cientistas.

3. Como uma possível recuperação da economia pode ajudar a fortalecer a ciência no Brasil? Temos áreas com excelência nas quais o Brasil se destaca e são essenciais para o desenvolvimento econômico do País, como o agronegócio. Dou como exemplo uma pesquisa relacionada à soja, feita pela pesquisadora Johanna Döbereiner, que sozinha elaborou um projeto que fixou o nitrogênio na planta e rende R\$ 20 bilhões por ano ao Brasil. Não podemos esperar que a economia se desenvolva para colocar dinheiro em

pesquisas em áreas como essa, pois elas ‘alavancam’ o País. A lógica é: se queremos que a economia se recupere, devemos colocar dinheiro na ciência. Do contrário, não conseguiremos desenvolver medicamentos e tecnologias e teremos de importar tudo.

topo ↕

O GLOBO - RJ - EDITORIAL

IDH força Bolsonaro a rever posturas

Manter o MEC na luta ideológica e retardar reformas prejudicam o desenvolvimento humano

Entre a série de indicadores que acompanham a situação econômica e social dos países, o de Desenvolvimento Humano (IDH), criado pelos economistas Amartya Sen, indiano, prêmio Nobel de 1998, e o paquistanês Mahbub al Huq, contorna o universo exclusivo da produção, para acompanhar a evolução da saúde, da escolaridade e da renda das populações.

O IDH, de responsabilidade do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), capta segmentos estratégicos das sociedades, só refletidos no PIB de maneira muito indireta.

E o IDH do Brasil, divulgado no domingo, é coerente com a conjuntura de dificuldades por que tem passado o país, entre a recessão e a estagnação de 2014 em diante. Pelo menos, cinco anos de dificuldades.

Apenas agora, no segundo semestre de 2019, evidências de alguma retomada do crescimento começam a ficar mais fortes. Há, porém, muito terreno perdido a recuperar

— na produção e, por decorrência, em áreas ditas sociais. Um desemprego persistente acima dos 12 milhões de pessoas gera muitos efeitos colaterais negativos.

Há um acúmulo de erros e distorções que estão refletidos na evolução do IDH. O governo Bolsonaro recebe esta herança negativa e terá de equacioná-la.

De 2013 ao ano passado, o índice brasileiro perdeu três posições. De 2017 a 2018, em um ranking de 189 países, o Brasil retrocedeu do 78º lugar para 79º, com um IDH de 0,761 (quanto mais próximo de 1, melhor o estágio de desenvolvimento humano).

Ficou aquém de Rússia, Argentina e Chile, num ranking em que nas três últimas colocações estão Chade, República Centro-Africana e Níger. Muito distantes da Noruega e Suíça, os IDHs mais elevados.

Os dois fatores que explicam a queda do IDH brasileiro a partir de 2013 são a estagnação da escolaridade e a má distribuição de renda. Quando o IDH é ajustado considerando apenas a desigualdade de renda, o Brasil cai 23 posições.

Em reação esperada, o governo Bolsonaro culpou as gestões petistas. Mais importante é saber o que fará contra uma área de educação estagnada e para reduzir os grandes desníveis de renda.

No primeiro caso, precisará que o Ministério da Educação saia do rumo que lhe dá o ministro Abraham Weintraub, mais preocupado em converter o MEC em plataforma de guerra ideológica.

Para a questão da má distribuição de riquezas, Bolsonaro não poderá conter o andamento das reformas, como acaba de fazer. Há medidas no ajuste fiscal ena reformado Estado que podem abrir espaço para a execução de políticas sociais mais efetivas. Se esta reforma da Previdência não pôde avançar muito na redução das injustiças nos benefícios do funcionalismo público, fator de concentração de renda, medidas paralelas podem ser tomadas nesta direção. Essencial é que Bolsonaro tenha esta consciência.

topo ↕

O GLOBO - RJ - O PAÍS

Olavismo para crianças

O bolsonarismo aparelhou a TV Escola, mantida pelo MEC para formar professores e alunos. Ontem a emissora estreou uma série estrelada pelo guru Olavo de Carvalho

Olavo de Carvalho, quem diria, foi parar no horário nobre. O guru do bolsonarismo é a estrela da série “Brasil: A Última Cruzada”, que começou a ser exibida ontem pela TV Escola. Trata-se de uma emissora pública, mantida pelo Ministério da Educação e dirigida à formação de professores e alunos.

A série apresenta uma visão peculiar da História. Em tom épico, exalta a “coragem” dos colonizadores portugueses e o “amor pelo Brasil” de Dom Pedro I. O objetivo, segundo o produtor Filipe Valerim, é “combater ideologias perversas” e “despertar a consciência e o patriotismo” dos telespectadores.

Além de Olavo, o programa dá voz a figuras como Luiz Philippe Orleans e Bragança, deputado do PSL, e Rafael Nogueira, novo presidente da Biblioteca Nacional. Depois de defenderem a ditadura militar, os bolsonaristas agora querem reabilitar a monarquia.

“Isso é negacionismo puro”, diz o historiador Thiago Krause, da UniRio. “A série ouve gente desqualificada e defende teses que não são aceitas por ninguém na academia. Estão usando uma emissora pública para fazer propaganda e fortalecer a visão ideológica do grupo do presidente”, critica.

Não é uma iniciativa isolada. Na semana que vem, a TV Escola começará a exibir a série “Meia Volta, Vou Ler”. A promessa é mostrar “a qualidade das escolas cívico-militares”. Coincidentemente, a maior vitrine da política educacional de Bolsonaro.

A guinada da emissora é conduzida pelo diretor Francisco Câmpora. Ele assumiu o cargo depois de assinar artigos elogiosos ao presidente. Procurado pela coluna, disse que não poderia dar entrevista.

A invasão dos olavistas é vista com perplexidade por funcionários que trabalharam na TV Escola sob diferentes governos. “Estão desmontando tudo o que não vem deste pseudofilósofo”, diz a ex-diretora Regina de Assis. Ela foi demitida em setembro, depois de reclamar do aparelhamento da emissora.

“O que está acontecendo é um retrocesso grave, combinado com o mau uso de recursos do MEC. Isso deveria ser analisado pelo Ministério Público”, afirma.

topo ↕

O GLOBO - RJ - O PAÍS

Moro é o ministro mais bem avaliado, seguido por Damares **Índices do titular da Justiça superam os do presidente Jair Bolsonaro** SÃO PAULO

REUTERS/ADRIANO MACHADO Popular. Ministro da Justiça, Moro é conhecido por 93% dos entrevistados

Titular da pasta da Justiça e Segurança Pública, o ex-juiz Sergio Moro é o ministro mais bem avaliado do governo Jair Bolsonaro, de acordo com a pesquisa Datafolha divulgada no fim de semana. Conhecido por 93% dos entrevistados, ele tem a gestão avaliada como ótima ou boa por 53%. O desempenho é regular para 23%, enquanto 21% consideram ruim ou péssimo. Os índices são melhores que os do presidente Jair Bolsonaro, que soma 30% de ótimo ou bom, 32% de regular e 36% de ruim ou péssimo.

A vice-liderança ficou com a ministra Damares Alves, titular da pasta de Mulher, Família e Direitos Humanos, com 43% de ótimo ou bom. Os números foram divulgados ontem pelo Datafolha.

O índice de Moro oscilou pouco desde setembro, quando ele tinha 54% de ótimo ou bom, mantendo-se firme mesmo após uma dura derrota no Congresso. Na semana passada, a Câmara dos Deputados aprovou uma versão alterada de seu pacote anticrime, sem o excludente de ilicitude e a prisão logo após condenação em segunda instância.

Segundo o Datafolha, Moro tem a melhor avaliação positiva entre os entrevistados homens (59%), brancos (61%), moradores da Região Sul (64%), empresários (74%), pessoas com renda familiar mensal superior a dez salários mínimos (73%), evangélicos neopentecostais (61%) e católicos (55%).

A pesquisa também mediu a percepção dos entrevistados sobre o desempenho dos ministros Paulo Guedes (Economia), Damares Alves, Abraham Weintraub (Educação), Ricardo Salles (Meio Ambiente), Tarcísio Gomes de Freitas (Infraestrutura) e Ernesto Araújo (Relações Exteriores).

Desses, Guedes é o mais conhecido (80%), e Weintraub, o menos (32%). As piores avaliações são de Weintraub e Salles, com 31% e 28% de ruim ou péssimo, respectivamente. A melhor é de Damares, com 43% de ótimo ou bom. Nesse quesito, Guedes tem 39%.

O Datafolha consultou 2.948 pessoas em 176 municípios entre quinta e sexta-feira da semana passada. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos, com nível de confiança de 95%.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - EDITORIAL

Educação completa dez anos de estagnação no Brasil

As principais medidas para a educação apresentadas até agora pelo governo não parecem ter o poder de mudar o quadro ruim

Novo levantamento do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa, na sigla em inglês) mostra que a educação está estagnada no Brasil há pelo menos dez anos. Na defensiva, o governo de Jair Bolsonaro apressou-se em dizer que nada tem a ver com o desempenho ruim dos estudantes, uma vez que as notas referem-se a 2018. O ministro da Educação, Abraham Weintraub garantiu que “2019 será o ponto de

inflexão” e que assumirá “integralmente a responsabilidade” se os números não melhorarem nas próximas avaliações.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://valor.globo.com/opiniao/noticia/2019/12/10/educacao-completa-dez-anos-de-estagnacao-no-brasil.ghhtml>

topo ↕

CORREIO POPULAR – SP - BRASIL

Ensino Médio integral tem diretrizes de Ministério

O Ministério da Educação estabeleceu novas diretrizes, parâmetros e critérios para o Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI). A Portaria com as novas diretrizes está publicada no Diário Oficial da União de ontem. Segundo o texto, o programa tem como objetivo apoiar a ampliação da oferta de educação de Ensino Médio em tempo integral nas redes públicas dos Estados e do Distrito Federal, por meio da transferência de recursos às secretarias estaduais e distrital de educação que participarem do programa e o desenvolverem de acordo com as diretrizes. O EMTI terá duração de 10 anos, a partir da adesão, considerando implantação, acompanhamento e mensuração de resultados alcançados. O texto diz que terão prioridade escolas localizadas nas regiões com menores índices de desenvolvimento humano e com resultados mais baixos nos processos nacionais de avaliação do ensino médio; que apresentem Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas de Educação Básica - INSE nos grupos 1, 2 e 3. (EC)

topo ↕

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - DO ALTO DA TORRE

MEC fora do ar

O órgão está em fase de conclusão do diagnóstico de cada uma das metas e na análise dos status de sua implantação até o momento. Uma coisa é certa: os números não agradam. "O MEC mostra-se anencéfalo e inerte, o que prejudica sobretudo as políticas de Educação de estados e municípios", lamentou Israel.

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

Adesão a programa de ensino médio integral fica mais flexível

Portaria publicada hoje facilita a adesão das escolas

O Ministério da Educação (MEC) redefiniu as regras do programa que leva ensino integral, de 7 horas diárias, para escolas de ensino médio do país. O novo Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) entra em vigor a partir do ano que vem. A portaria com as mudanças foi publicada hoje (9) no Diário Oficial da União.

Agora, para participar do programa é preciso ter pelo menos 40 estudantes matriculados no 1º ano do ensino médio e pelo menos três de seis itens de infraestrutura listados pelo MEC, que são: biblioteca ou sala de leitura; salas de aula; quadra poliesportiva; vestiário masculino e feminino; cozinha; e refeitório.

As regras para a adesão das escolas ficaram menos rígidas. Antes, era necessário ter pelo menos 120 estudantes no 1º ano e pelo menos quatro dos seis itens de infraestrutura. O critério de ser uma escola com uma alta vulnerabilidade socioeconômica em relação ao restante da rede de ensino foi mantido.

“Com essa flexibilização a gente conseguiu aumentar o número de escolas elegíveis em

20% e a gente acredita que as escolas em áreas mais vulneráveis que não tinham quatro itens de infraestrutura, mas sim três, possam agora participar”, diz o coordenador-geral de Ensino Médio do MEC, Marcelo Araújo.

Outra mudança é que agora a implementação pode ser feita gradualmente, inicialmente no 1º ano do ensino médio. Ao final do terceiro ano de implementação do programa na escola, pelo menos 200 alunos devem estar incluídos no ensino integral. Antes, essa meta era de 350 estudantes.

“A meta era muito alta, as escolas não atingiam”, diz Araújo, que defende a ampliação do tempo integral. “O melhor modelo é o integral, nossa experiência mostra que essas escolas melhoram significativamente em permanência e em aprovação”.

Implementação

A portaria define que, no mínimo 500 escolas sejam beneficiadas pelo programa, ofertando ensino médio integral a pelo menos 40 mil estudantes em todo o país. Elas serão distribuídas entre os 26 estados brasileiros e o Distrito Federal. Cada estado terá pelo menos nove escolas participantes, beneficiando pelo menos 720 estudantes.

O programa terá a duração de dez anos e as redes de ensino receberão R\$ 2 mil por estudante. A intenção é que R\$ 80 milhões sejam investidos no programa em 2020.

As escolas beneficiadas terão que reduzir as taxas de abandono dos estudantes e as taxas de reprovação. As escolas terão os resultados medidos pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que é o principal indicador de qualidade da educação brasileira.

Além disso, o MEC poderá criar indicadores de desempenho adicionais, desde que comunique previamente as Secretarias Estaduais e Distrital de educação. As escolas que não cumprirem as regras serão desligadas do programa e não poderão ser substituídas pelos estados.

Em relação aos recursos, a portaria estabelece que o repasse aos estados e ao Distrito Federal será calculado anualmente, segundo disponibilidade orçamentária.

Novo Ensino Médio

O EMTI foi criado em 2016 para ajudar as escolas a viabilizarem o novo ensino médio. Pelo novo modelo, ainda em fase de implementação, os estudantes têm uma formação comum em todo o país, definida pela chamada Base Nacional Comum Curricular, e, no restante do tempo, podem aprofundar a formação em um itinerário formativo nas áreas de linguagens, ciências da natureza, ciências humanas, matemática ou ensino técnico.

Para isso, as redes de ensino devem aumentar o tempo de aula. Hoje, a maior parte dos estudantes fica 5h por dia na escola. Esse tempo deverá chegar a 7h. Atualmente, 1.024 escolas participam do EMTI de acordo com o MEC. Neste ano, o MEC decidiu rever as regras do programa.

O tempo integral está previsto também no Plano Nacional de Educação (PNE), Lei 13.005/2014, que estabelece que, no mínimo, 25% dos estudantes do país sejam atendidos em jornadas diárias de 7h ou mais até 2024. Em 2018, no ensino médio,

apenas 10,3% das matrículas, nas escolas públicas eram em tempo integral.

De acordo com o MEC, a meta inicial da atual gestão é atingir 500 mil novas matrículas no ensino médio integral até 2022. Atualmente são 230 mil.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Governo quer vale-creche no Bolsa Família

Ideia é incluir novo benefício no Orçamento, como parte da reformulação do programa

BRASÍLIA - O governo negocia uma forma de incluir no Orçamento de 2020 valor para o pagamento de um vale-creche, como parte do projeto de reformulação do programa Bolsa Família – que está sendo coordenado pela Casa Civil. O voucher permitiria aos beneficiários do programa pagar o custo de uma creche.

A ideia do governo é buscar espaço no Orçamento do ano que vem para aumentar os recursos para o Bolsa Família, que pode ter a inclusão também de um benefício para jovens de até 21 anos.

Como o Estado mostrou no sábado, a ideia é dividir o programa em três: benefício cidadania, dado às famílias de baixa renda; benefício primeira infância, para crianças de até 3 anos; e benefício a crianças e jovens, contemplando jovens de até 21 anos. Além disso, poderá ser criado um extra para valorizar a “meritocracia”: seria um prêmio para crianças que tivessem sucesso em olimpíada de conhecimento, fossem aprovadas na escola ou se destacassem no esporte.

O relator do projeto de lei orçamentária, deputado Domingos Neto (PSD-CE), já participou de reunião com o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, integrantes dos Ministérios da Economia, Educação e Cidadania.

Ao Estado, ele disse que é “sensível” à demanda de ampliar o Bolsa Família, mas afirmou que o teto de gastos (regra prevista na Constituição que impede o crescimento dos gastos acima da inflação de um ano para outro) é um limitador para inclusão de mais recursos.

O governo ainda não apresentou ao relator de onde podem sair os recursos extras para bancar a reformulação do Bolsa Família. A previsão de R\$ 29,5 bilhões em 2020 não cobre até mesmo o pagamento do 13.º no benefício, promessa do presidente Jair Bolsonaro.

“Preciso entender o que é o aumento, mas sou muito sensível a atender o que é possível”, disse Neto, que admitiu que a negociação agora na véspera da apresentação do relatório poderá ficar “um pouco prejudicada”. O relator pretende apresentar seu relatório no próximo domingo para votação na terça-feira seguinte na Comissão Mista de Orçamento.

“O governo ainda não terminou o projeto completo de reformulação. Tem algumas ideias gerais e algumas muito positivas”, disse o relator. Segundo ele, o Orçamento, que passa a ser impositivo a partir de 2020, vai representar uma “virada de chave” na relação do Congresso com a gestão orçamentária e prioridades de projetos.

Um das propostas para bancar o novo Bolsa Família é cortar os incentivos fiscais como o desoneração da cesta básica e da folha de pagamentos das empresas, que termina no final do ano que vem. O governo também quer insistir com proposta de redução do abono salarial. Já foi proposta para o governo adotar o voucher para as creches por meio do Fundeb, fundo para a educação básica cujos recursos não estão sujeitos ao teto de gasto.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Reitora de instituto federal completa um ano sem nomeação do MEC

Luzia Mota teve 32,2% dos votos e derrotou três candidatos; reitor pro-tempore é um dos derrotados

Salvador

Uma das principais instituições de ensino profissional do país, o IFBA (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia) completará um ano que elegeu sua nova reitora, mas ainda não a viu tomar posse do cargo.

A comunidade acadêmica foi às urnas em 13 de dezembro de 2018 e escolheu a professora Luzia Mota como reitora com 32,2% dos votos de estudantes, professores e técnicos, desbancando outros três candidatos. Um ano depois do pleito, contudo, ela continua sem ser nomeada pelo Ministério da Educação.

Como não há lista tríplice nos institutos federais, bastaria ao Ministério da Educação apenas nomear a vencedora das eleições homologada pelo Conselho Superior do IFBA. Além da reitora, 17 diretores das unidades de ensino que foram eleitos no mesmo pleito também continuam com nomeação pendente.

Com 30 mil alunos e quatro mil professores e servidores, o IFBA é a maior instituição de ensino técnico-profissional da Bahia e vem sendo gerido pelo professor Renato da Anunciação Filho.

Eleito em 2014 para comandar a instituição, seu mandato encerrou-se em 20 de agosto de 2018. Desde então, ele permanece frente ao cargo de forma provisória, como reitor pro-tempore.

O caso do IFBA é um entre os vários atrasos de nomeações de reitores de universidades e institutos federais que ocorreram no MEC na gestão do presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

Em audiência no Senado em maio deste ano, o ministro Abraham Weintraub indicou que a retenção das nomeações tinha relação com questões políticas. Na ocasião, ele afirmou que os ânimos estavam exaltados e que “aguardaria o melhor momento” para fazer as nomeações.

Na época, pelo menos seis institutos federais tinham as nomeações de seus respectivos reitores pendentes.

Desde então, foram nomeados os reitores dos institutos de Brasília, Rondônia, Amazonas, Pará e Alagoas. O caso do instituto federal da Bahia, contudo, permanece sem uma solução.

“O IFBA está paralisado administrativa e pedagogicamente. Os processos não fluem porque a instituição está sob comando de um reitor provisório que não tem legitimidade”, afirma a reitora eleita Luzia Mota.

A sucessão no instituto federal enfrentou uma série de percalços e imbróglios que resultaram em processos administrativos e judiciais.

Para começar, a eleição deveria ter acontecido antes do fim do mandato do então reitor, que seria em 20 de agosto. No entanto, foi realizada em dezembro, após dois mandados de segurança terem sido impetrados na Justiça.

Depois de realizado, o pleito foi questionado pelo reitor pro-tempore Renato da Anunciação Filho, que acabou em quarto lugar entre quatro candidatos. Ele alega que, apesar de ter sido homologada pelo Conselho Superior do IFBA, a eleição foi marcada por uma série de irregularidades.

De acordo com Anunciação Filho, a candidata eleita inscreveu sua candidatura fora do prazo legal, outro candidato não comprovou ter o título de doutor exigido para disputar o cargo e outro foi alvo de uma denúncia de propaganda irregular, fora do prazo legal de campanha.

Aliados do reitor afirmam que nenhuma das contestações foi acatada pela comissão eleitoral, que teria atuado contra os seus pleitos. E destacam que o reitor ganhou impopularidade entre professores e servidores ao instalar o ponto eletrônico obrigatório em 2015.

A eleição foi contestada judicialmente em uma ação popular movida por Angeliane Souza Santos, assessora parlamentar da deputada estadual Jusmari Oliveira (PSD) e que não possui relação com a comunidade acadêmica.

O Ministério da Educação informou à Folha que o processo de nomeação da nova reitora está suspenso até uma decisão da Justiça Federal em relação à ação popular que contestou a eleição.

Para a reitora eleita Luzia Mota, a ação judicial foi uma manobra política para tentar postergar o mandato temporário do reitor pro-tempore. E questiona o argumento do MEC de que a ação popular é um obstáculo à nomeação.

“Uma ação popular pode ser movida por qualquer pessoa. Não é razoável que paralisar toda a máquina do instituto federal a espera de uma decisão da Justiça”, defende.

Procurado, o reitor pro-tempore Renato da Anunciação informou, em nota, que o processo eleitoral do IFBA foi homologado encaminhado aos setores competentes do Ministério da Educação. E reforçou que houve irregularidades no processo eleitoral que estão sendo analisadas pelo MEC.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Enem 2019 para pessoas privadas de liberdade será aplicado nesta terça e quarta Segundo o Inep, 46 mil candidatos cumprindo pena em unidades prisionais ou de ressocialização em 25 estados e no Distrito Federal estão inscritos para as provas.

A edição 2019 do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para pessoas privadas de liberdade (PPL) será aplicada nesta terça e quarta-feira (10 e 11). Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 46.163 pessoas cumprindo penas ou medidas socioeducativas estão inscritas para as provas.

Segundo o órgão, o número de candidatos do chamado Enem PPL cresceu 12,5% em um ano: em 2018, 41.044 pessoas se inscreveram das provas.

Reaplicação do Enem

A reaplicação do Enem também será feita para os candidatos da edição regular que, por algum motivo de logística da organização do exame, foram prejudicados e solicitaram uma nova oportunidade para realizar a prova.

O Enem regular ocorreu nos dias 3 e 10 de novembro e, neste ano, pela primeira vez o Inep não concedeu automaticamente o direito de reaplicação aos candidatos presentes nas provas em locais onde houve intercorrências ou problemas logísticos.

Dessa vez, para ter o direito de refazer o Enem, cada candidato deveria fazer a solicitação de reaplicação no site do Enem. O prazo para enviar o pedido ocorreu entre 11 e 18 de novembro, e o resultado saiu em 26 de novembro.

Pela primeira vez, o Inep não informou quantos candidatos da edição regular do Enem vão refazer as provas durante a reaplicação. Em nota enviada ao G1 no fim de novembro, a autarquia do MEC afirmou que "não divulga balanço do processo por questões de sigilo e segurança da prova" e que a consulta do resultado da solicitação foi feita de forma individual.

Gabarito do Enem 2019 e questão anulada

Na aplicação regular do Enem 2019, o Inep anunciou, após a divulgação do gabarito oficial, que uma das 180 questões de múltipla escolha havia sido anulada por repetição.

Por causa da metodologia do Enem, a Teoria de Resposta ao Item (TRI), a anulação não afeta a correção e nota dos candidatos.

[topo](#)

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Detentos fazem provas do Enem hoje e amanhã

O Exame Nacional do Ensino Médio para pessoas que cumprem penas privativas de liberdade e sob medida socioeducativa (Enem PPL) vai ser aplicado nesta terça (10) e quarta-feira (11). A prova será aplicada para 41.044 participantes e conta com 1.228 instituições inscritas e homologadas.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 46.163 inscrições foram feitas, em 25 estados e no Distrito Federal. São Paulo é o estado com o maior número de inscritos, 15.832 participantes.

Para o presidente do Inep, Alexandre Lopes, o número de inscrições mostra o sucesso da parceria do Ministério da Educação (MEC) e do Inep com as secretarias estaduais de Segurança Pública, de Administração Penitenciária, de Direitos Humanos e de Educação.

Para garantir a segurança, os malotes de prova são escoltados até o local de aplicação, e o acompanhamento, durante o exame, será feito pela Polícia Federal. As unidades que firmaram adesão com o Inep são obrigadas a garantir espaço para as provas, segurança e sigilo durante a realização do exame.

Os participantes do Enem PPL que já concluíram ou concluirão o ensino médio neste ano poderão utilizar o desempenho no exame para acesso à educação superior. Já os participantes que não estejam cursando ou não concluirão o ensino médio no ano letivo de 2019 só poderão utilizar os resultados individuais para autoavaliação de conhecimentos.

O responsável pedagógico de cada unidade prisional ou socioeducativa tem a função de acompanhar todos os trâmites do exame, desde a inscrição até o resultado. Ele também deve determinar as salas de provas dos participantes; a transferência entre as unidades e excluir aqueles que tiverem sua liberdade decretada.

O responsável pedagógico terá acesso aos resultados obtidos pelos participantes, fará a inscrição, pleiteará seu acesso ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e deverá divulgar as informações sobre o exame aos participantes.

Da mesma forma que o Enem tradicional, o Enem PPL é constituído de redação e de quatro provas objetivas, cada uma com 45 questões de múltipla escolha. No primeiro dia do exame, serão aplicadas as provas de linguagens, códigos e suas tecnologias, redação e ciências humanas e suas tecnologias, com cinco horas e meia de duração. No segundo dia, serão aplicadas as provas de ciências da natureza e matemática, com cinco horas de duração.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL **Governo quer vale-creche no Bolsa Família**

O governo negocia uma forma de incluir no Orçamento de 2020 valor para o pagamento de um vale-creche, como parte do projeto de reformulação do programa Bolsa Família – que está sendo coordenado pela Casa Civil. O voucher permitiria aos beneficiários do programa pagar o custo de uma creche.

A ideia do governo é buscar espaço no Orçamento do ano que vem para aumentar os recursos para o Bolsa Família, que pode ter a inclusão também de um benefício para jovens de até 21 anos.

Como o jornal O Estado de S. Paulo mostrou no sábado, a ideia é dividir o programa em três: benefício cidadania, dado às famílias de baixa renda; benefício primeira infância, para crianças de até 3 anos; e benefício a crianças e jovens, contemplando jovens de até 21 anos. Além disso, poderá ser criado um extra para valorizar a “meritocracia”: seria um prêmio para crianças que tivessem sucesso em olimpíada de conhecimento, fossem aprovadas na escola ou se destacassem no esporte.

O relator do projeto de lei orçamentária, deputado Domingos Neto (PSD-CE), já participou de reunião com o ministro da Casa Civil, Onxy Lorenzoni, integrantes dos Ministérios da Economia, Educação e Cidadania.

Ao jornal O Estado de S. Paulo, ele disse que é “sensível” à demanda de ampliar o

Bolsa Família, mas afirmou que o teto de gastos (regra prevista na Constituição que impede o crescimento dos gastos acima da inflação de um ano para outro) é um limitador para inclusão de mais recursos.

O governo ainda não apresentou ao relator de onde podem sair os recursos extras para bancar a reformulação do Bolsa Família. A previsão de R\$ 29,5 bilhões em 2020 não cobre até mesmo o pagamento do 13.º no benefício, promessa do presidente Jair Bolsonaro.

“Preciso entender o que é o aumento, mas sou muito sensível a atender o que é possível”, disse Neto, que admitiu que a negociação agora na véspera da apresentação do relatório poderá ficar “um pouco prejudicada”. O relator pretende apresentar seu relatório no próximo domingo para votação na terça-feira seguinte na Comissão Mista de Orçamento.

“O governo ainda não terminou o projeto completo de reformulação. Tem algumas ideias gerais e algumas muito positivas”, disse o relator. Segundo ele, o Orçamento, que passa a ser impositivo a partir de 2020, vai representar uma “virada de chave” na relação do Congresso com a gestão orçamentária e prioridades de projetos.

Um das propostas para bancar o novo Bolsa Família é cortar os incentivos fiscais como o desoneração da cesta básica e da folha de pagamentos das empresas, que termina no final do ano que vem. O governo também quer insistir com proposta de redução do abono salarial. Já foi proposta para o governo adotar o voucher para as creches por meio do Fundeb, fundo para a educação básica cujos recursos não estão sujeitos ao teto de gasto.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

MEC entrevista Olavo de Carvalho por "resgate histórico"

Dividida em cinco episódios, "Brasil: a última cruzada" trata da chegada dos portugueses e dá voz a defensores da monarquia

A produtora conservadora Brasil Paralelo, surgida em 2016, conseguiu emplacar uma de suas séries na TV Escola, canal de propriedade do Ministério da Educação (MEC).

Dividida em cinco episódios, "Brasil: a última cruzada" trata da chegada dos portugueses e dá voz a defensores da monarquia.

No site da produtora, a série, lançada na internet em 2017, é definida como "o maior resgate histórico já produzido no País". No Twitter da TV Escola, está a informação de que a Brasil Paralelo cedeu a série para que o canal a exibisse. A TV anuncia que os episódios irão ao ar a partir desta segunda-feira, 9, e serão exibidos até sexta-feira, 13, sempre às 21h.

A iniciativa foi comemorada nas redes sociais por apoiadores do presidente Jair Bolsonaro. "Teremos Brasil Paralelo na TV Escola. Teremos Olavo de Carvalho na TV aberta. Grande dia", comemorou Allan dos Santos, blogueiro bolsonarista criador do site Terça Livre. O escritor Olavo de Carvalho é um dos especialistas ouvidos na série e é figura frequente nos documentários feitos pela Brasil Paralelo.

A produtora, que se transferiu recentemente de Porto Alegre para São Paulo, diz em seu site que a série pretende "desenterrar o nome dos grandes homens na nossa história" e "ajudar a devolver a história que nos foi negada". A produção, que segundo a Brasil Paralelo já foi vista por milhões de pessoas a internet, ajudou a dar projeção ao recém-nomeado presidente da Biblioteca Nacional, Rafael Nogueira, filósofo e professor conhecido em canais de Youtube da direita bolsonarista e contrário ao republicanismo brasileiro que derrubou a monarquia em 1889.

A Brasil Paralelo diz ter como missão "provocar o maior impacto cultural que o Brasil já presenciou" e promete reparar as "mazelas que nossa cultura sofreu nos últimos anos", em referência aos governos petistas. Um de seus mais famosos entusiastas é o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), que quando era cotado para assumir a Embaixada do Brasil em Washington tuitava que estava estudando história a partir das séries da Brasil Paralelo.

Nesta segunda, em seu Twitter, o deputado ajudou a promover a nova atração do canal estatal. "Temos uma lindíssima história e ela há de ser recuperada. Agora: Brasil Paralelo na TV Escola".

Material será veiculado só uma vez, diz associação responsável pela emissora

Em nota, a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp) informou que decisão de transmitir o documentário foi tomada em uma reunião de pauta entre as áreas de programação, produção e direção levando em conta o "objetivo de diversificar a programação". A associação disse que o material só será veiculado uma vez.

Apesar de informar que o Ministério da Educação não interfere na programação e escolha dos materiais exibidos na TV Escola, ao ser questionado pelo Estado se foi feita avaliação do material e se ele está de acordo com o currículo das escolas e cursos de graduação do País, a Acerp informou que o ministério é quem deveria responder. Procurado, o MEC disse que a TV Escola tem independência e se responsabiliza pelo que veicula.

[topo](#)

TERRA - TEMPO REAL

Governo quer vale-creche no Bolsa Família

Ideia é incluir novo benefício no Orçamento, como parte da reformulação do programa

BRASÍLIA - O governo negocia uma forma de incluir no Orçamento de 2020 valor para o pagamento de um vale-creche, como parte do projeto de reformulação do programa Bolsa Família - que está sendo coordenado pela Casa Civil. O voucher permitiria aos beneficiários do programa pagar o custo de uma creche.

A ideia do governo é buscar espaço no Orçamento do ano que vem para aumentar os recursos para o Bolsa Família, que pode ter a inclusão também de um benefício para jovens de até 21 anos.

Como o Estado mostrou no sábado, a ideia é dividir o programa em três: benefício cidadania, dado às famílias de baixa renda; benefício primeira infância, para crianças de até 3 anos; e benefício a crianças e jovens, contemplando jovens de até 21 anos. Além disso, poderá ser criado um extra para valorizar a "meritocracia": seria um prêmio para crianças que tivessem sucesso em olimpíada de conhecimento, fossem aprovadas na

escola ou se destacassem no esporte.

O relator do projeto de lei orçamentária, deputado Domingos Neto (PSD-CE), já participou de reunião com o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, integrantes dos Ministérios da Economia, Educação e Cidadania.

Ao Estado, ele disse que é "sensível" à demanda de ampliar o Bolsa Família, mas afirmou que o teto de gastos (regra prevista na Constituição que impede o crescimento dos gastos acima da inflação de um ano para outro) é um limitador para inclusão de mais recursos.

O governo ainda não apresentou ao relator de onde podem sair os recursos extras para bancar a reformulação do Bolsa Família. A previsão de R\$ 29,5 bilhões em 2020 não cobre até mesmo o pagamento do 13.º no benefício, promessa do presidente Jair Bolsonaro.

"Preciso entender o que é o aumento, mas sou muito sensível a atender o que é possível", disse Neto, que admitiu que a negociação agora na véspera da apresentação do relatório poderá ficar "um pouco prejudicada". O relator pretende apresentar seu relatório no próximo domingo para votação na terça-feira seguinte na Comissão Mista de Orçamento.

"O governo ainda não terminou o projeto completo de reformulação. Tem algumas ideias gerais e algumas muito positivas", disse o relator. Segundo ele, o Orçamento, que passa a ser impositivo a partir de 2020, vai representar uma "virada de chave" na relação do Congresso com a gestão orçamentária e prioridades de projetos.

Um das propostas para bancar o novo Bolsa Família é cortar os incentivos fiscais como o desoneração da cesta básica e da folha de pagamentos das empresas, que termina no final do ano que vem. O governo também quer insistir com proposta de redução do abono salarial. Já foi proposta para o governo adotar o voucher para as creches por meio do Fundeb, fundo para a educação básica cujos recursos não estão sujeitos ao teto de gasto.

[topo](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Adesão a programa de ensino médio integral ficam mais flexível

O Ministério da Educação (MEC) redefiniu as regras do programa que leva ensino integral, de 7 horas diárias, para escolas de ensino médio do país. O novo Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) entra em vigor a partir do ano que vem. A portaria com as mudanças foi publicada hoje (9) no Diário Oficial da União.

Agora, para participar do programa é preciso ter pelo menos 40 estudantes matriculados no 1º ano do ensino médio e pelo menos três de seis itens de infraestrutura listados pelo MEC, que são: biblioteca ou sala de leitura; salas de aula; quadra poliesportiva; vestiário masculino e feminino; cozinha; e refeitório.

As regras para a adesão das escolas ficaram menos rígidas. Antes, era necessário ter pelo menos 120 estudantes no 1º ano e pelo menos quatro dos seis itens de infraestrutura. O critério de ser uma escola com uma alta vulnerabilidade

socioeconômica em relação ao restante da rede de ensino foi mantido.

"Com essa flexibilização a gente conseguiu aumentar o número de escolas elegíveis em 20% e a gente acredita que as escolas em áreas mais vulneráveis que não tinham quatro itens de infraestrutura, mas sim três, possam agora participar", diz o coordenador-geral de Ensino Médio do MEC, Marcelo Araújo.

Outra mudança é que agora a implementação pode ser feita gradualmente, inicialmente no 1º ano do ensino médio. Ao final do terceiro ano de implementação do programa na escola, pelo menos 200 alunos devem estar incluídos no ensino integral. Antes, essa meta era de 350 estudantes.

"A meta era muito alta, as escolas não atingiam", diz Araújo, que defende a ampliação do tempo integral. "O melhor modelo é o integral, nossa experiência mostra que essas escolas melhoram significativamente em permanência e em aprovação".

Implementação

A portaria define que, no mínimo 500 escolas sejam beneficiadas pelo programa, ofertando ensino médio integral a pelo menos 40 mil estudantes em todo o país. Elas serão distribuídas entre os 26 estados brasileiros e o Distrito Federal. Cada estado terá pelo menos nove escolas participantes, beneficiando pelo menos 720 estudantes.

O programa terá a duração de dez anos e as redes de ensino receberão R\$ 2 mil por estudante. A intenção é que R\$ 80 milhões sejam investidos no programa em 2020.

As escolas beneficiadas terão que reduzir as taxas de abandono dos estudantes e as taxas de reprovação. As escolas terão os resultados medidos pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que é o principal indicador de qualidade da educação brasileira.

Além disso, o MEC poderá criar indicadores de desempenho adicionais, desde que comunique previamente as Secretarias Estaduais e Distrital de educação. As escolas que não cumprirem as regras serão desligadas do programa e não poderão ser substituídas pelos estados.

Em relação aos recursos, a portaria estabelece que o repasse aos estados e ao Distrito Federal será calculado anualmente, segundo disponibilidade orçamentária.

Novo Ensino Médio

O EMTI foi criado em 2016 para ajudar as escolas a viabilizarem o novo ensino médio. Pelo novo modelo, ainda em fase de implementação, os estudantes têm uma formação comum em todo o país, definida pela chamada Base Nacional Comum Curricular, e, no restante do tempo, podem aprofundar a formação em um itinerário formativo nas áreas de linguagens, ciências da natureza, ciências humanas, matemática ou ensino técnico.

Para isso, as redes de ensino devem aumentar o tempo de aula. Hoje, a maior parte dos estudantes fica 5h por dia na escola. Esse tempo deverá chegar a 7h. Atualmente, 1.024 escolas participam do EMTI de acordo com o MEC. Neste ano, o MEC decidiu rever as regras do programa.

O tempo integral está previsto também no Plano Nacional de Educação (PNE), Lei 13.005/2014, que estabelece que, no mínimo, 25% dos estudantes do país sejam atendidos em jornadas diárias de 7h ou mais até 2024. Em 2018, no ensino médio, apenas 10,3% das matrículas, nas escolas públicas eram em tempo integral.

De acordo com o MEC, a meta inicial da atual gestão é atingir 500 mil novas matrículas no ensino médio integral até 2022. Atualmente são 230 mil.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Detentos fazem provas do Enem hoje e amanhã

O Exame Nacional do Ensino Médio para pessoas que cumprem penas privativas de liberdade e sob medida socioeducativa (Enem PPL) vai ser aplicado nesta terça (10) e quarta-feira (11). A prova será aplicada para 41.044 participantes e conta com 1.228 instituições inscritas e homologadas.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 46.163 inscrições foram feitas, em 25 estados e no Distrito Federal. São Paulo é o estado com o maior número de inscritos, 15.832 participantes.

Para o presidente do Inep, Alexandre Lopes, o número de inscrições mostra o sucesso da parceria do Ministério da Educação (MEC) e do Inep com as secretarias estaduais de Segurança Pública, de Administração Penitenciária, de Direitos Humanos e de Educação.

Para garantir a segurança, os malotes de prova são escoltados até o local de aplicação, e o acompanhamento, durante o exame, será feito pela Polícia Federal. As unidades que firmaram adesão com o Inep são obrigadas a garantir espaço para as provas, segurança e sigilo durante a realização do exame.

Os participantes do Enem PPL que já concluíram ou concluirão o ensino médio neste ano poderão utilizar o desempenho no exame para acesso à educação superior. Já os participantes que não estejam cursando ou não concluirão o ensino médio no ano letivo de 2019 só poderão utilizar os resultados individuais para autoavaliação de conhecimentos.

O responsável pedagógico de cada unidade prisional ou socioeducativa tem a função de acompanhar todos os trâmites do exame, desde a inscrição até o resultado. Ele também deve determinar as salas de provas dos participantes; a transferência entre as unidades e excluir aqueles que tiverem sua liberdade decretada.

O responsável pedagógico terá acesso aos resultados obtidos pelos participantes, fará a inscrição, pleiteará seu acesso ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e deverá divulgar as informações sobre o exame aos participantes.

Da mesma forma que o Enem tradicional, o Enem PPL é constituído de redação e de quatro provas objetivas, cada uma com 45 questões de múltipla escolha. No primeiro dia do exame, serão aplicadas as provas de linguagens, códigos e suas tecnologias, redação e ciências humanas e suas tecnologias, com cinco horas e meia de duração. No segundo dia, serão aplicadas as provas de ciências da natureza e matemática, com cinco horas de duração.

*Com informações do Inep

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Núcleo de Estudos Avançados do IOC discute projeto para a ciência e o País Painel com reitora da Unifesp, diretor do CBPF e presidente da SBPC debateu políticas públicas para a ciência, tecnologia, inovação e educação no Brasil

Espaço de debates acadêmicos interdisciplinares, o Núcleo de Estudos Avançados do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz) encerrou o ano com um painel sobre as políticas públicas nas áreas de ciência, tecnologia, inovação e educação. Com a participação de Soraya Smaili, reitora da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp); Ronald Shellard, diretor do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), e Ideu de Castro Moreira, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a sessão discutiu a situação das universidades, institutos de pesquisa e agências de fomento. O debate foi mediado por Renato Cordeiro, pesquisador do IOC e coordenador do Núcleo de Estudos.

No painel sobre ‘Ciência, tecnologia, inovação e educação: desmonte ou equívocos’, os palestrantes abordaram os cortes de orçamento e a carência de pessoal nas instituições de pesquisa. Considerando propostas como o Programa Future-se, do Ministério da Educação, e a possibilidade de fusão entre a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), os cientistas apontaram risco de retrocesso para a ciência, tecnologia e inovação no país.

“O orçamento das universidades federais foi liberado em outubro, mas o prejuízo do bloqueio foi enorme. Não poder fazer obras ou adquirir livros é brutal para um sistema de produção de conhecimento”, apontou Soraya. “A situação atual é dramática. Temos que recompor quadros e abordar muitos outros temas nos institutos de pesquisa para enfrentar os desafios tecnológicos”, declarou Shellard. “Desde 2014, vemos decréscimo nas verbas para ciência e tecnologia, e a previsão para 2020 está crítica. O orçamento brasileiro chega a R\$ 2 trilhões. A sociedade deveria decidir o destino desse recurso”, destacou Ideu. “Com esse cenário, vamos presenciar uma grande diáspora de jovens talentos, que migrarão para o exterior. Falta um projeto de nação para esse país, como tinham Anísio Teixeira e Paulo Freire”, afirmou Renato.

Defesa da autonomia universitária

A reitora da Unifesp defendeu a autonomia universitária e afirmou que é preciso derrubar mitos sobre o ensino superior no Brasil. Soraya lembrou que das 20 melhores universidades do país 18 são federais ou estaduais, de acordo com o Ranking Universitário Folha. Além disso, as instituições públicas respondem por mais de 95% da produção científica do Brasil, segundo o Web of Science. Ela citou ainda que a oferta de vagas cresceu 360%, de 109 mil para 393 mil, entre 2002 e 2017. A expansão foi acompanhada pela mudança no perfil dos estudantes: em 2018, 70% dos alunos tinham renda familiar per capita de 1,5 salários mínimos.

Em relação ao Programa Future-se, ela afirmou que dois terços das universidades federais rejeitaram a primeira versão do projeto, o que também ocorreu na Unifesp. Entre os principais problemas, a reitora citou o modelo de financiamento, por meio de fundos públicos, semipúblicos e privados; a mudança na gestão, executada por

organizações sociais (OS), e a própria finalidade da proposta, que destaca o empreendedorismo, deixando de lado o projeto pedagógico. Após audiências públicas, criação de um grupo de estudo e avaliação do Conselho Universitário, a Unifesp passou a integrar a Frente por Um Outro Futuro, que propõe diretrizes alternativas ao programa.

“Defendemos a autonomia universitária, a gestão democrática e o financiamento público, com fundos que podem complementar, mas não ser a fonte do custeio”, enumerou Soraya. Ela acrescentou que mudanças na legislação são necessárias para avanços na gestão, com destaque para a aprovação da PEC 24/2019 e a revisão da Lei dos Fundos Patrimoniais. “Atualmente, os recursos arrecadados pelas universidades vão para a conta única da União e podem ser retidos pelo governo. Isso não estimula a universidade a gerir seu patrimônio e receber doações. Se tivermos essas mudanças, não precisamos do Future-se, temos a capacidade de fazer a gestão dos nossos recursos”, argumentou.

Desequilíbrio no tripé da inovação

Em 2009, 3,3 mil servidores trabalhavam em 12 centros de pesquisa federais do país. Dez anos depois, são 2,4 mil, incluindo quase 800 aptos para aposentadoria. “Se todos se aposentarem, ficaremos com 1,6 mil servidores, quase a metade de dez anos atrás”, alertou o diretor do CBPF, ressaltando a complementaridade entre as atividades dos centros de pesquisa e das universidades. “As universidades têm a missão de formar recursos humanos e realizam pesquisa livre. Os institutos têm como foco a pesquisa e o desenvolvimento e devem cumprir uma missão como instrumentos de Estado, abordando temas estratégicos”, resumiu.

Segundo o pesquisador, os sistemas de inovação dos países sustentam-se no tripé formado por universidades, institutos de pesquisa e empresas. Geralmente, no Brasil, destaca-se o baixo investimento privado em pesquisa e desenvolvimento. Porém, a carência de institutos também prejudica a inovação. “Em média, nos países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), há dois pesquisadores em universidades para cada um em institutos de pesquisa. Hoje, no Brasil, a proporção é de 23 para um. Não há excesso de cientistas no país, mas a proporção nos institutos é ridícula”, apontou Shellard.

O pesquisador enfatizou que os recursos públicos são a principal fonte de financiamento da pesquisa científica nas universidades e nos institutos em todos os países, inclusive nas prestigiosas universidades privadas dos Estados Unidos. Ele ressaltou que o Brasil aplica apenas 0,9% do Produto Interno Bruto (PIB) em pesquisa e desenvolvimento. “Gastamos 1,7% do nosso PIB no sistema judiciário em contraste com menos de 0,5% nos países da OCDE. A crise traz oportunidade para refletir melhor sobre o que estamos fazendo”, ponderou.

Mobilização pela ciência

O presidente da SBPC chegou ao debate imediatamente após desembarcar da viagem à Brasília onde participou da reunião da Frente Parlamentar Mista de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação. Ildeu ressaltou que a proposta de orçamento para 2020 prevê redução de verbas para a **Capes** e o CNPq. Segundo ele, a articulação com

parlamentares é fundamental e deve garantir os recursos que podem ser destinados por meio de emendas de deputados e senadores. No entanto, é difícil alterar o projeto enviado pelo Executivo. “O relator geral do orçamento no Congresso consulta o Ministério da Economia, que não nos concede audiência. A decisão fechada é uma grande restrição orçamentária”, afirmou.

O pesquisador considerou ilegal o contingenciamento de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que é composto, na maior parte, por recursos arrecadados de empresas para financiar atividades de pesquisa e inovação. “Neste ano, o governo contingenciou 90% do FNDCT para pagar dívida pública e fazer ajuste fiscal. Desde 2013, R\$ 21 bilhões deixaram de ser investidos em ciência e tecnologia”, declarou Ildeu.

Sobre a possibilidade de fusão entre a **Capes** e o CNPq, o presidente da SBPC disse esperar que a comunidade científica seja ouvida pela comissão interministerial que vai avaliar a proposta. Se a participação for negada, ele defendeu a formação de uma comissão paralela para discutir a medida. O pesquisador concluiu dizendo que é preciso definir um projeto para o futuro do Brasil. “Temos capacidade impressionante em ciência e tecnologia, mas precisamos de um projeto de nação. Em breve, teremos o bicentenário da independência. Devemos aproveitar essa oportunidade para pensar o Brasil historicamente e propor construtivamente. A sociedade civil tem que fazer isso”, sugeriu.

Debate

A importância de pensar a ciência, tecnologia, inovação e educação no Brasil a partir de um projeto para o futuro do país foi um dos temas centrais do debate realizado após a palestra. O coordenador do Núcleo de Estudos sugeriu que ‘projeto brasileiro de nação’ seja tema principal da reunião anual da SBPC de 2021 e salientou a relevância da divulgação científica. “Precisamos estimular o jornalismo científico e aumentar a presença na mídia para que a sociedade tenha mais consciência sobre a importância das atividades de pesquisa”, afirmou Renato. A proposta de reflexão tendo em vista o bicentenário da Proclamação da República foi apoiada por José Paulo Gagliardi Leite, diretor do IOC. “Temos o ‘Livro Azul da 4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável’ como ponto de partida”, apontou José Paulo.

Richard Stephan, professor do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ), defendeu a união dos cientistas de diferentes áreas. “Podemos nos unir em torno do documento que a Academia Brasileira de Ciências apresentou aos candidatos à Presidência em 2018”, opinou. Já Débora Foguel, professora do Instituto de Bioquímica Médica Leopoldo de Meis da UFRJ (IBqM/UFRJ), chamou atenção para a relevância de incluir diferentes atores sociais no debate. “Um artigo na Science mostra que as patentes das empresas têm sempre dinheiro público por trás. Precisamos ter a voz dos empresários junto com a nossa”, declarou.

O papel das universidades, institutos de pesquisa e empresas no sistema de inovação foi enfatizado por Bruno Lourenço Diaz, diretor do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho da UFRJ (IBCCF/UFRJ). “A missão da universidade é formar pessoas, não é

substituir as empresas na inovação. Temos mais pesquisadores nas instituições de ensino do que no mercado, mas não há excesso nas universidades e, sim, falta nas empresas”, ponderou. A autonomia universitária foi defendida por Luís Cláudio Muniz Pereira, pesquisador do Laboratório de Helintos Parasitos de Vertebrados do IOC. “Sem autonomia universitária, não existe o livre pensar, que é fundamental para o avanço do conhecimento”, afirmou.

A Constituição Federal foi lembrada pelos palestrantes no encerramento do debate. “Nosso projeto de nação tem que partir da Constituição Cidadã de 1988. Não podemos perder o que já construímos”, declarou Soraya. “Temos aparato capaz de levar a ciência do Brasil ao protagonismo. Precisamos identificar os principais problemas e onde podemos ter mais sucesso”, acrescentou Shellard. “Se queremos um país que tenha desenvolvimento, melhorando as condições de vida das pessoas, precisamos pressionar os parlamentares a partir de suas bases”, completou Moreira.

IOC – Fiocruz

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Ministro-astronauta dispara mensagens em busca de dinheiro para sua área Marcos Pontes pede a dirigentes de entidades científicas que pressionem relator do orçamento

O ministro-astronauta Marcos Pontes, sem dinheiro e no desespero, disparou mensagens para dirigentes de entidades científicas, atrás de recursos para seu ministério.

“Precisamos atuar junto ao deputado Domingos Neto (relator do Orçamento) para melhorar nosso orçamento”. Ele pede R\$ 300 milhões para o Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia (FNDCT), R\$ 100 milhões para **Capex** e R\$ 100 milhões para as Organizações Sociais da área”, pede o ministro na mensagem enviada para esses dirigentes.

topo ↕

SEGS - PORTAL NACIONAL - TEMPO REAL

Últimos dias de inscrição no PMPGIL e no Mestrado em Direito das Migrações

Itajaí – Encerram-se nos próximos dias as inscrições para o seletivo do Mestrado Profissional Internacional Conjunto em Direito das Migrações Transnacionais e do Mestrado Profissional em Administração – Gestão, Internacionalização e Logística (PMPGIL) da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Os cursos são recomendados pelo Conselho Técnico Científico da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, do Ministério da Educação (MEC).

O Mestrado Profissional Internacional Conjunto em Direito das Migrações Transnacionais é conjunto com a Università degli Studi di Perugia (UNIPG), da Itália. Trata-se de uma proposta pioneira e inovadora no Brasil, em que os mestrandos obrigatoriamente cursam parte deste Mestrado no Brasil (Univali) e parte na Itália (UNIPG), e ao final do curso é expedido um diploma único pelas duas Universidades em conjunto. Há 10 vagas para ingressantes pelo Brasil e as inscrições para este curso encerram-se no dia 8 de dezembro.

Já para o PMPGIL são ofertadas 25 vagas e as inscrições encerram-se no dia 9 de dezembro. O curso está alinhado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade, considerado o melhor do Estado pelo MEC, com conceito 5.

Os editais com detalhes das ofertas estão disponíveis em www.univali.br/pos.

Mais informações: (47) 3341-7519, no Mestrado Profissional Internacional Conjunto em Direito das Migrações Transnacionais | (47) 3341-4203, no Programa de Mestrado Profissional em Administração – Gestão, Internacionalização e Logística da Univali.

topo ↕

UFPEL - TEMPO REAL

Capex visita UFPel para pensar a nova Plataforma Sucupira

Uma equipe da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)** esteve na UFPel nos dias 6 e 7 para reuniões de planejamento da nova Plataforma Sucupira, plataforma de gestão de Programas de Pós-Graduação. O processo de reforma do sistema está ocorrendo de forma piloto em sete universidades federais.

Entre as ações levantadas para a construção da nova Sucupira está a possibilidade de integração dos diversos sistemas da **CAPES** com os sistemas de gestão das próprias universidades e a centralização de informações e otimização de tempo e processos. De acordo com o coordenador de Pós-Graduação da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PRPPGI), Rafael Vetromille-Castro, a equipe selecionou algumas universidades para ouvir os usuários, os administradores, as gestões de cursos e docentes sobre as experiências de utilização do atual sistema, proporcionando a avaliação e sugestão de ferramentas e melhorias para a nova plataforma. “Destacamos algumas necessidades como a diversificação do acesso, que hoje é exclusivo para coordenadores, a integração dos sistemas, um sistema de alerta sobre ações demandadas e questões relativas a usabilidade”, explicou.

As reuniões ocorreram com a participação de coordenadores e secretarias dos cursos de Pós-Graduação em Química e Memória Social e Patrimônio Cultural e com as equipes da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e Pró-Reitoria de Gestão da Informação, além de dois docentes da UFPel que utilizam a plataforma: a professora do PPG em Letras e Comunicação, Carmem Matzenauer e o professor do PPG em Fisiologia Vegetal, Gustavo Souza. A **CAPES** trouxe seis representantes, além de um representante da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP).

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Ministério da Educação estabelece diretrizes para Ensino Médio em tempo integral

O Ministério da Educação estabeleceu novas diretrizes, parâmetros e critérios para o Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI). A Portaria com as novas diretrizes está publicada no Diário Oficial da União desta segunda-feira, 9.

Segundo o texto, o programa tem como objetivo apoiar a ampliação da oferta de educação de ensino médio em tempo integral nas redes públicas dos Estados e do Distrito Federal, por meio da transferência de recursos às secretarias estaduais e distrital de educação que participarem do programa e o desenvolverem de acordo com as diretrizes.

O EMTI terá duração de 10 anos, a partir da adesão, considerando implantação,

acompanhamento e mensuração de resultados alcançados.

São consideradas elegíveis para o programa as escolas que tiverem mínimo de quarenta matrículas no primeiro ano do ensino médio, de acordo com o Censo Escolar mais recente; alta vulnerabilidade socioeconômica em relação à respectiva rede de ensino, considerando o indicador socioeconômico desagregado por escola; escolas de ensino médio em que mais de 50% dos alunos tenha menos de 35 horas semanais de carga horária, de acordo com o último Censo Escolar; e não ser participante do Programa.

O texto diz ainda que terão prioridade escolas localizadas nas regiões com menores índices de desenvolvimento humano e com resultados mais baixos nos processos nacionais de avaliação do ensino médio; que apresentem Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas de Educação Básica – INSE nos grupos 1, 2 e 3.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Ministério da Educação estabelece diretrizes para Ensino Médio em tempo integral

O Ministério da Educação estabeleceu novas diretrizes, parâmetros e critérios para o Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI). A Portaria com as novas diretrizes está publicada no Diário Oficial da União desta segunda-feira, 9.

Segundo o texto, o programa tem como objetivo apoiar a ampliação da oferta de educação de ensino médio em tempo integral nas redes públicas dos Estados e do Distrito Federal, por meio da transferência de recursos às secretarias estaduais e distrital de educação que participarem do programa e o desenvolverem de acordo com as diretrizes.

O EMTI terá duração de 10 anos, a partir da adesão, considerando implantação, acompanhamento e mensuração de resultados alcançados.

São consideradas elegíveis para o programa as escolas que tiverem mínimo de quarenta matrículas no primeiro ano do ensino médio, de acordo com o Censo Escolar mais recente; alta vulnerabilidade socioeconômica em relação à respectiva rede de ensino, considerando o indicador socioeconômico desagregado por escola; escolas de ensino médio em que mais de 50% dos alunos tenha menos de 35 horas semanais de carga horária, de acordo com o último Censo Escolar; e não ser participante do Programa.

O texto diz ainda que terão prioridade escolas localizadas nas regiões com menores índices de desenvolvimento humano e com resultados mais baixos nos processos nacionais de avaliação do ensino médio; que apresentem Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas de Educação Básica - INSE nos grupos 1, 2 e 3.

FOLHA DE BOA VISTA - RR - VARIEDADES

Resultado do Enceja já pode ser consultado no site do Inep

O certificado será emitido pelas secretarias de Estado de Educação

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) já disponibilizou em seu site os resultados do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Enceja) de 2019. Para acessar as notas é exigido CPF e a senha.

Terá direito ao certificado de ensino fundamental ou médio o candidato que obtiver a nota mínima exigida em todas as quatro áreas de conhecimento e na redação, sendo 100 pontos nas provas objetivas e 5 na de texto.

O certificado será emitido pelas secretarias de Estado de Educação. Segundo o MEC, os institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia que firmaram adesão ao Encceja também são certificadores do exame, porém somente do ensino médio.

O Encceja é um exame que tem por objetivo aferir competências, habilidades e saberes de jovens e adultos que não concluíram o ensino fundamental ou o ensino médio na idade adequada. Nessa edição, teve recorde de 1.185.945 participantes, número que representa um aumento de 45% em relação à edição do ano passado.

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

Jovens que cumprem medida socioeducativa veem no Enem chance de mudar Mais de 46 mil pessoas farão exame terça e quarta em todo o país

Em todo o Brasil, 46.163 internos em centros de atendimento socioeducativo farão, nesta semana, o Exame Nacional do Ensino Médio para adultos que cumprem penas privativas de liberdade e jovens sob medida socioeducativa (Enem PPL). Adolescentes que cumprem medidas socioeducativas na Fundação CASA prestam ENEM.

Em São Paulo, sonhando mudar de vida e alcançar o ensino superior, 336 adolescentes que cumprem medida socioeducativa na Fundação Casa vão fazer as provas do Enem PPL, terça e quarta-feira próximas (10 e 11).

“O Enem é uma porta a mais para eles [internos] chegarem ao ensino superior”, afirma a vice-presidente da Fundação Casa, Ana Paula Bandeira Lins.

Vitória*, de 17 anos, interna da Fundação Casa Chiquinha Gonzaga, vai prestar o Enem PPL pela primeira vez. “É uma grande oportunidade para mim”, afirmou Vitória, que pretende se formar em medicina veterinária, embora goste também de música e literatura.

“O Enem [PPL] pode me ajudar a conseguir boa parte da nota [que é necessária para entrar na universidade]. Espero que eu passe e consiga. Estou com um pouco de medo [da prova], mas estou tentando me preparar o máximo possível. Meu futuro está somente em minhas mãos”, disse Vitória à Agência Brasil.

Já Ricardo*, de 18 anos, que cumpre medida socioeducativa na Fundação Casa Ouro Preto e quer estudar engenharia mecânica, além do Enem PPL, faz neste domingo (8) a prova da Faculdade de Tecnologia de São Paulo (Fatec). “Estou estudando bastante, pegando muita redação. Quero ir bem na prova e ter um bom resultado”, afirmou o jovem, que diz ter dificuldades em matérias da área de ciências. “Mas, em Português e Matemática, tenho muita facilidade.”

Para Ricardo, fazer o Enem PPL é uma chance de “mudar tudo” na vida. “Muda tudo, completamente. Muda meu futuro. Por meio do Enem, se eu tiver um resultado bom na prova, posso fazer uma faculdade e me tornar uma pessoa diferente.”

As provas

As provas, realizadas desde 2010, têm o mesmo nível de dificuldade do Enem regular. A diferença é que elas são aplicadas dentro de unidades prisionais e socioeducativas, como é o caso da Fundação Casa.

O Enem PPL avalia o desempenho do participante que concluiu o ensino médio e, com base em critérios usados pelo Ministério da Educação (MEC), permite o acesso ao ensino superior por meio de programas como o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Além disso, o Enem PPL contribui para elevar a escolaridade da população prisional brasileira, destaca o MEC.

O exame é constituído de redação e de quatro provas objetivas com 45 questões de múltipla escolha.

No primeiro dia do exame, são aplicadas as provas de linguagens, códigos e suas tecnologias, redação e ciências humanas e suas tecnologias. Os estudantes têm cinco horas e meia para resolver as questões.

No segundo dia, os candidatos fazem provas de ciências da natureza e matemática, com cinco horas de duração.

*Os nomes são fictícios

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Cursos de especialização no Brasil já têm o triplo de estudantes que o mestrado e o doutorado

Número de matrículas em cursos de pós-graduação lato sensu aumentou 74% de 2016 a 2019, mas ritmo desacelerou nos últimos dois anos, segundo levantamento inédito.

Em 2019, o número de estudantes matriculados em cursos de especialização no Brasil é três vezes maior do que os que fazem mestrado ou doutorado. Essa diferença tem se aprofundado desde 2016, quando a especialização, ou pós-graduação lato sensu, tinha o dobro dos estudantes do chamado stricto sensu. Nesses quatro anos, as matrículas na especialização subiram 74%, contra 18% do mestrado e 9% do doutorado.

A grande maioria desses estudantes trabalha além de fazer o curso – quase a metade deles estão em empregos das áreas de educação, saúde humana ou serviços sociais.

Os dados dão da pesquisa "Cursos de especialização lato sensu no Brasil", divulgada na sexta-feira (6) pelo Instituto Semesp, entidade que reúne empresas mantenedoras do ensino superior privado.

Segundo o Semesp, o levantamento considerou apenas os cursos com duração de 360 horas "voltados para o aperfeiçoamento de uma área profissional específica com foco nas demandas do mercado de trabalho". Os cursos MBA (Master Business Administration) também entraram na conta.

Compare a evolução no número de matrículas em cursos de especialização lato sensu, mestrado e doutorado — Foto: Ana Carolina Moreno/G1

número de matrículas em cursos de especialização lato sensu, mestrado e doutorado — Foto: Ana Carolina Moreno/G1

Compare a evolução no número de matrículas em cursos de especialização lato sensu, mestrado e doutorado — Foto: Ana Carolina Moreno/G1

A metodologia incluiu o cruzamento de informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Dados (Pnad Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de detalhes sobre oferta de vagas do sistema e-MEC, do Ministério da Educação, e valores de mensalidades divulgados pelo Guia do MBA 2019, do Estadão.

É a primeira vez que o instituto realiza a pesquisa. Segundo Rodrigo Capelato, diretor-executivo do Semesp, a ideia surgiu por causa da falta de dados sobre essa população específica no ensino, que "tem um número expressivo de alunos" e está majoritariamente concentrado na rede privada.

Perfil dos cursos lato sensu

Quase metade dos estudantes da especialização no Brasil tem entre 25 e 34 anos e se declara responsável pelo domicílio em que residem. Além disso, quase dois terços são compostos mulheres, um quarto vive em São Paulo e a grande maioria está matriculada em uma instituição privada.

Veja o perfil dos estudantes de especialização lato sensu no Brasil, segundo o Instituto Semesp — Foto: Ana Carolina Moreno/G1

Veja o perfil dos estudantes de especialização lato sensu no Brasil, segundo o Instituto Semesp — Foto: Ana Carolina Moreno/G1

Apesar de representar quase um terço das matrículas, a participação das matrículas em cursos de especialização a distância (EAD) mais que dobrou, de 161 mil em 2016 para 361 mil em 2018.

Segundo Capelato, o aumento da oferta de cursos EAD na pós-graduação lato sensu é um dos motivos do "encaixe" da população que busca a especialização na oferta das instituições.

"O público que faz pós é mais velho, casa com o EAD, e o preço ficou mais acessível." — Rodrigo Capelato, diretor-executivo do Semesp.

Maior empregabilidade e renda mais alta

Ainda de acordo com ele, um dos motivos pelos quais cada vez mais brasileiros buscam a especialização é para manter o emprego que já têm. Os dados mostram que 84,9% dos matriculados nesses cursos trabalham. Desse contingente, 65,7% está no mesmo emprego há pelo menos dois anos, 45% trabalha entre 31 horas e 40 horas por semana e 10,4% tem mais de um emprego.

Os dados do Semesp foram divulgados na mesma semana em que um levantamento feito pelo iDados também a partir da Pnad Contínua, mostrou que o Brasil tem uma defasagem entre o mercado de trabalho e os profissionais com ensino superior: são 14,5 milhões de ocupações com exigência de graduação para 18,3 milhões de pessoas que terminaram a faculdade.

Capelato explica que esse excesso é uma decorrência da crise econômica, mas que ela afeta menos os profissionais com formação superior.

"Na crise econômica, diminui o prêmio salarial. Como não tem vaga, o mercado está ruim, o empregador da vaga de nível médio tem a opção de contratar alguém com nível superior. A grande vantagem do ensino superior é a empregabilidade", explicou o diretor-executivo do Semesp.

Os dados da Pnad mostram que a taxa de desemprego entre quem tem diploma da graduação é de 6%.

Além disso, quanto mais diplomas de pós-graduação, maior é o número de trabalhadores nas faixas de renda mais altas.

A pesquisa do Semesp leva em conta o custo apenas dos cursos de MBA. Em média, os cursos de até 12 meses custam R\$ 10.213, enquanto os de 13 a 24 meses saem por R\$ 16.458 e os cursos de MBA com mais de 24 meses de duração têm um valor médio de R\$ 25.981.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Jovens que cumprem medida socioeducativa veem no Enem chance de mudar

Em todo o Brasil, 46.163 internos em centros de atendimento socioeducativo farão, nesta semana, o Exame Nacional do Ensino Médio para adultos que cumprem penas privativas de liberdade e jovens sob medida socioeducativa (Enem PPL).

Adolescentes que cumprem medidas socioeducativas na Fundação CASA prestam ENEM.

Jovem que cumpre medida socioeducativa na Fundação Casa prepara-se para o Enem – Rovená Rosa/Agência Brasil

Em São Paulo, sonhando mudar de vida e alcançar o ensino superior, 336 adolescentes que cumprem medida socioeducativa na Fundação Casa vão fazer as provas do Enem PPL, terça e quarta-feira próximas (10 e 11).

“O Enem é uma porta a mais para eles [internos] chegarem ao ensino superior”, afirma a vice-presidente da Fundação Casa, Ana Paula Bandeira Lins.

Vitória*, de 17 anos, interna da Fundação Casa Chiquinha Gonzaga, vai prestar o Enem PPL pela primeira vez. “É uma grande oportunidade para mim”, afirmou Vitória, que pretende se formar em medicina veterinária, embora goste também de música e literatura.

“O Enem [PPL] pode me ajudar a conseguir boa parte da nota [que é necessária para entrar na universidade]. Espero que eu passe e consiga. Estou com um pouco de medo [da prova], mas estou tentando me preparar o máximo possível. Meu futuro está somente em minhas mãos”, disse Vitória à Agência Brasil.

Já Ricardo*, de 18 anos, que cumpre medida socioeducativa na Fundação Casa Ouro

Preto e quer estudar engenharia mecânica, além do Enem PPL, faz neste domingo (8) a prova da Faculdade de Tecnologia de São Paulo (Fatec). “Estou estudando bastante, pegando muita redação. Quero ir bem na prova e ter um bom resultado”, afirmou o jovem, que diz ter dificuldades em matérias da área de ciências. “Mas, em Português e Matemática, tenho muita facilidade.”

Para Ricardo, fazer o Enem PPL é uma chance de “mudar tudo” na vida. “Muda tudo, completamente. Muda meu futuro. Por meio do Enem, se eu tiver um resultado bom na prova, posso fazer uma faculdade e me tornar uma pessoa diferente.”

As provas

As provas, realizadas desde 2010, têm o mesmo nível de dificuldade do Enem regular. A diferença é que elas são aplicadas dentro de unidades prisionais e socioeducativas, como é o caso da Fundação Casa.

O Enem PPL avalia o desempenho do participante que concluiu o ensino médio e, com base em critérios usados pelo Ministério da Educação (MEC), permite o acesso ao ensino superior por meio de programas como o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Além disso, o Enem PPL contribui para elevar a escolaridade da população prisional brasileira, destaca o MEC.

O exame é constituído de redação e de quatro provas objetivas com 45 questões de múltipla escolha.

No primeiro dia do exame, são aplicadas as provas de linguagens, códigos e suas tecnologias, redação e ciências humanas e suas tecnologias. Os estudantes têm cinco horas e meia para resolver as questões.

No segundo dia, os candidatos fazem provas de ciências da natureza e matemática, com cinco horas de duração.

*Os nomes são fictícios

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

**Desigualdade faz país ficar para trás quando se trata de qualidade de vida
Brasil cresce ligeiramente no Índice de Desenvolvimento Humano da ONU em
relação a 2017, mas perde posições porque outras nações avançam mais rápido.
Disparidades socioeconômicas, quando são computadas no indicador, traçam um
retrato bem mais preocupante**

Quarto colocado da América do Sul e 79º no ranking de 189 países, o Brasil teve um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,761 em 2018. Em relação a 2017, o país, considerado uma nação de alto desenvolvimento humano, teve um crescimento discreto, de 0,001 ponto, no IDH, o menor desde 2015. Mesmo com o aumento, o Brasil decresceu uma posição no ranking, passando do 78º para o 79º lugar, uma vez que outros países avançaram mais rápido. No entanto, o que preocupa especialistas é a desigualdade existente no país. Os dados, que serão divulgados hoje pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), mostram que o Brasil é a nação que mais perde posições no ranking mundial quando as desigualdades são levadas em conta.

Se considerasse as desigualdades entre a população, o IDH brasileiro cairia de 0,761 para 0,574, uma perda de 24,5% que faria o país perder 23 posições no ranking mundial. Desde 2010, o Relatório de Desenvolvimento Humano calcula o IDH ajustado à desigualdade, que é analisada nas três dimensões do IDH: saúde (medida pela expectativa de vida), educação (medida pela média de anos de estudo e anos esperados de escolaridade) e padrão de vida (medida pela renda per capita). À medida que a desigualdade aumenta, a perda no desenvolvimento humano cresce.

O diretor do Relatório de Desenvolvimento Humano, Pedro Conceição, afirma que essa não é uma característica só do Brasil, mas da região. A perda média devido à desigualdade na América Latina e no Caribe é de 22,3%. “Não é uma surpresa. Sabemos que o nível de desigualdade, principalmente na distribuição da renda no Brasil, é inflado, mas, se olharmos para os últimos 15 anos, tem havido uma tendência de redução. O nível ainda é muito elevado, mas há essa tendência positiva”, disse ao Correio.

A queda no ranking em si não é vista com preocupação pelos analistas do Pnud. “A posição do ranking depende não apenas daquilo que acontece no Brasil, mas também de outros países. Por isso, não atribuímos grande significado a elas”, explica Pedro Conceição. O diretor define o IDH do Brasil como “positivo, sólido e sustentável”. “O crescimento do índice no Brasil tem sido sustentado ao longo dos últimos anos e se manteve este ano, embora não tenha sido tão enfático como nos anos anteriores.

De acordo com Conceição, a situação da economia no país pode estar afetando o ritmo de evolução do IDH. Verificamos que quase não houve ganho no aspecto econômico”, disse. “A economia, que, a curto prazo, é aquilo que tende a mudar esse índice, não vem contribuindo. No entanto, à medida que começa a atingir patamares elevados, o IDH tende naturalmente a avançar mais devagar”, avalia.

A oficial do Pnud e chefe da Unidade de Desenvolvimento Humano, Betina Ferraz Barbosa, diz que o relatório pode ser um novo marco no olhar para o desenvolvimento brasileiro. “A gente pode caminhar para ter o IDH muito alto, mas a questão é resolver as nossas questões de desenvolvimento”, avalia Betina. Segundo ela, o documento traz uma nova estrutura, que pretende fazer uma nova análise ao olhar além da renda, do momento e das médias estatísticas.

Conceição acredita que o documento abre novas janelas para a discussão das desigualdades no desenvolvimento do país. “Esse relatório pode ser um convite à sociedade e às autoridades brasileiras para fazer uma reflexão em torno da emergência de novas desigualdades, que é uma tendência que nós verificamos”, pontua.

Para os autores do relatório, é preciso um olhar além do habitual, entender que a desigualdade de renda é o resultado de um conjunto de disparidades da sociedade. “As desigualdades são pautadas antes de as pessoas entrarem no mercado de trabalho, poden vir da condição social da família. Por isso, esse olhar precisa começar muito cedo, ainda quando os indivíduos são crianças, já que há um círculo que as aprisiona em uma armadilha de desigualdade”, avalia Betina.

Ciclo que se repete

Em Brasília, a 15 km da Praça dos Três Poderes, é possível encontrar uma população

que já nasce inserida em um contexto cheio de desigualdades. Os moradores da Chácara Santa Luzia, área irregular da Estrutural, que surgiu em 2000, vivem sem redes de água, esgoto e energia elétrica, em condições indignas de um país que tem o IDH alto. Ana Flávia Rosa, 31 anos, é a única entre oito irmãos que chegou mais longe nos estudos. Ana tem o superior incompleto. “Tenho três irmãos de sangue e cinco adotivos, e a única que foi até o superior fui eu. Mas a falta de dinheiro não me deixou completar”, conta.

Ana é filha de Maria Luzimar Souza, 53 anos, que só tem o ensino fundamental por causa das condições de vida, e mãe de Isaac Daniel, 2 anos, e Pâmella Crystinne, 14 anos. “É algo que parece que passa de geração para geração. Quero que meus filhos tenham a oportunidade de entrar na faculdade como eu, mas com a desigualdade que existe aqui, é bem complicado seguir esse padrão”, analisa. Ana mora há seis anos na Chácara Santa Luzia com os dois filhos e o marido.

Bolsa Família

Atualmente, Pâmella não estuda, porque perdeu muito conteúdo em uma troca de escolas e não passaria de ano. A intenção é voltar no ano que vem para a sala de aula. Ana Flávia também planeja retornar para a faculdade para completar o curso de administração, mas sabe que será difícil, já que está desempregada, e a única renda da família são os R\$ 445 que recebe todo mês do Bolsa Família.

Para ela, a mudança na desigualdade vista no país deve começar pela educação. “Acho que precisa de mais incentivo para a educação. Mais escolas dentro da própria comunidade já ajudaria”, indica. Quem também preza pela educação dos filhos e não quer que eles repitam o mesmo caminho é Marilza de Sales, 36. A doméstica, que atualmente está desempregada, mora há quatro anos em Santa Luzia com seis filhos.

“Estudei até a sexta série porque fiquei grávida e tive minha primeira filha, com 16 anos. Espero que meus filhos cheguem mais longe nos estudos”, planeja. Para isso, ela diz que é preciso muita conversa e sacrifícios. Hoje, a casa com sete pessoas é sustentada pelo Bolsa Família. “Eu não tive chance, porque meus pais não tinham condições. Hoje, eu não deixo meus filhos trabalhem. Faço o que for preciso para eles terem o que eu não tive e focarem só no estudo. Espero conseguir quebrar esse ciclo”, completa. (MEC)

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Pesquisa revela crescimento de 74% dos alunos de pós-graduação no país Maior parte dos estudantes frequentam cursos presenciais e em instituições de acordo com os dados levantados pelo Instituto Semesp

No Brasil, o número total de alunos que frequentam cursos de especialização de nível superior vem aumentando desde 2016 e a sua grande maioria frequenta cursos em instituições privadas (88%). Nos últimos quatro anos, houve um crescimento de 74% puxado pela rede privada, que aumentou 80% contra 41% na rede pública.

Os dados foram divulgados nesta sexta-feira (6) pela pesquisa Cursos de Especialização Lato Sensu no Brasil, um levantamento inédito elaborado pelo Instituto Semesp (Sindicato das Entidades Mantenedoras de Ensino Superior) sobre o cenário dos cursos de pós-graduação lato sensu nas instituições de ensino superior públicas e privadas e traz ainda um perfil dos alunos matriculados nesses cursos.

Na opinião do diretor executivo do Semesp, Rodrigo Campelato, uma das razões que explica o crescimento da área é a crise econômica. "Quando há crise econômica as pessoas estão preocupadas com a empregabilidade, o desempregado faz a especialização para se recolocar no mercado de trabalho e também a pessoa pode estar ameaçada de ser demitida, então ela busca a especialização para ter mais chance de empregabilidade, além de se atualizar".

Considerando apenas a população com 24 anos ou mais, estima-se que 5,7 milhões tenham concluído um curso de especialização de nível superior, número três vezes menor em comparação aos que concluíram a graduação (cerca de 19 milhões).

Há aproximadamente duas mil instituições de ensino que ofertam cursos de especialização de nível superior nas modalidades presencial e ensino a distância (EAD), sendo que 91% delas são privadas.

A maior parte dos alunos de especialização frequenta cursos na modalidade presencial (68%). No entanto, a modalidade de ensino a distância (EAD) está ganhando espaço: no período de 2016 a 2018, o número de alunos aumentou 125% e, em 2018, sua participação já representava um a cada três alunos.

"O EAD na pós graduação cresceu a oferta e ele se encaixa melhor ainda na pós porque é um público mais velho, na faixa de 30 anos ou mais. Esse também foi um impulsionador para o crescimento", analisou Capelato.

Em 2019, aproximadamente 45% dos alunos que frequentam um curso de especialização de nível superior têm idade entre 25 a 34 anos. Nos anos 2016 a 2019 é possível verificar um leve aumento na idade média dos matriculados, de 34 para 35 anos. Na modalidade EAD, a média de idade dos alunos é de 36 anos, um pouco superior em relação aos alunos no presencial (34 anos).

"Outro dado que nos chamou a atenção são as áreas, são muito parecidas com as concentrações na graduação: 31% dos cursos são nas áreas de ciências sociais, negócios e direito, ou seja, principalmente na área de gestão, ainda temos 35% na área de educação e 24% na área de saúde, semelhante a proporção dos cursos na graduação", observou o diretor do Semesp.

A pesquisa também revela que os alunos que frequentam cursos de especialização de nível superior possuem rendimento médio mensal em torno de 4,6 mil reais. O valor é 150% maior do que a média de rendimento daqueles que fazem cursos de graduação. O rendimento médio ficou em 4,8 mil reais mensais para os alunos da rede privada e 3,7 mil reais mensais para os da rede pública.

A pesquisa foi realizada pelo Instituto Semesp com base nos dados da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Dados) divulgados pelo IBGE, referentes ao segundo trimestre dos anos 2016 a 2019. Também foram consideradas informações contidas no site do e-MEC e no Guia do MBA 2019 do Estadão.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Resultado do Enceja já pode ser consultado no site do Inep

Para acessar as notas é exigido CPF e a senha. O certificado será emitido pelas secretarias de Estado de Educação

O Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) já disponibilizou em seu site os resultados do Encceja (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos) de 2019. Para acessar as notas é exigido CPF e a senha.

Terá direito ao certificado de ensino fundamental ou médio o candidato que obtiver a nota mínima exigida em todas as quatro áreas de conhecimento e na redação, sendo 100 pontos nas provas objetivas e 5 na de texto.

O certificado será emitido pelas secretarias de Estado de Educação. Segundo o MEC, os institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia que firmaram adesão ao Encceja também são certificadores do exame, porém somente do ensino médio.

O Encceja é um exame que tem por objetivo aferir competências, habilidades e saberes de jovens e adultos que não concluíram o ensino fundamental ou o ensino médio na idade adequada. Nessa edição, teve recorde de 1.185.945 participantes, número que representa um aumento de 45% em relação à edição do ano passado.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

**Para jovens da Fundação Casa, o Enem é a chance de mudar
Mais de 46 mil pessoas farão exame terça e quarta em todo o país. Provas têm o mesmo nível de dificuldade do exame regular**

Educação

Em todo o Brasil, 46.163 internos em centros de atendimento socioeducativo farão, nesta semana, o Enem PPL (Exame Nacional do Ensino Médio para adultos que cumprem penas privativas de liberdade e jovens sob medida socioeducativa).

Em São Paulo, sonhando mudar de vida e alcançar o ensino superior, 336 adolescentes que cumprem medida socioeducativa na Fundação Casa vão fazer as provas do Enem PPL, terça e quarta-feira próximas (10 e 11).

“O Enem é uma porta a mais para eles [internos] chegarem ao ensino superior”, afirma a vice-presidente da Fundação Casa, Ana Paula Bandeira Lins.

Vitória*, de 17 anos, interna da Fundação Casa Chiquinha Gonzaga, vai prestar o Enem PPL pela primeira vez. “É uma grande oportunidade para mim”, afirmou Vitória, que pretende se formar em medicina veterinária, embora goste também de música e literatura.

“O Enem [PPL] pode me ajudar a conseguir boa parte da nota [que é necessária para entrar na universidade]. Espero que eu passe e consiga. Estou com um pouco de medo [da prova], mas estou tentando me preparar o máximo possível. Meu futuro está somente em minhas mãos”, disse Vitória à Agência Brasil.

Já Ricardo*, de 18 anos, que cumpre medida socioeducativa na Fundação Casa Ouro Preto e quer estudar engenharia mecânica, além do Enem PPL, faz neste domingo (8) a prova da Faculdade de Tecnologia de São Paulo (Fatec). “Estou estudando bastante, pegando muita redação. Quero ir bem na prova e ter um bom resultado”, afirmou o

jovem, que diz ter dificuldades em matérias da área de ciências. “Mas, em Português e Matemática, tenho muita facilidade.”

Para Ricardo, fazer o Enem PPL é uma chance de “mudar tudo” na vida. “Muda tudo, completamente. Muda meu futuro. Por meio do Enem, se eu tiver um resultado bom na prova, posso fazer uma faculdade e me tornar uma pessoa diferente.”

As provas

As provas, realizadas desde 2010, têm o mesmo nível de dificuldade do Enem regular. A diferença é que elas são aplicadas dentro de unidades prisionais e socioeducativas, como é o caso da Fundação Casa.

O Enem PPL avalia o desempenho do participante que concluiu o ensino médio e, com base em critérios usados pelo Ministério da Educação (MEC), permite o acesso ao ensino superior por meio de programas como o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Além disso, o Enem PPL contribui para elevar a escolaridade da população prisional brasileira, destaca o MEC.

O exame é constituído de redação e de quatro provas objetivas com 45 questões de múltipla escolha.

No primeiro dia do exame, são aplicadas as provas de linguagens, códigos e suas tecnologias, redação e ciências humanas e suas tecnologias. Os estudantes têm cinco horas e meia para resolver as questões.

No segundo dia, os candidatos fazem provas de ciências da natureza e matemática, com cinco horas de duração.

*Os nomes são fictícios